



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 100

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE AGOSTO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 100

91ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 03

Indicações 04

Designações 04

Requerimentos 04

Projetos de Resolução 08

Projetos de Lei 09

Intróito:

Dep. Ribas Carli Filho

Pres. da Com. do MERCOSUL

e Assuntos Internacionais..... 11

Sr. Giorgos Chalaris

Prefeito de Oia - Grécia 11

Dep. Nelsonh Justus

Presidente da ALEP 12

Pequeno Expediente:

Dep. Tadeu Veneri..... 12

Dep. Ney Leprevost 13

Dep. Jocelito Canto..... 14

Dep. Elton Welter..... 15

Dep. Marcelo Rangel 17

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 19

Grande Expediente:

Dep. Valdir Rossoni.....21

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto..... 14

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 15

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 17

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 19

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 24

Liderança dos Democratas

Dep. Plauto Miró 27

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 32

Discussão/Votação

3ª Discussão 32

2ª Discussão 33

1ª Discussão 33

Requerimentos 37

Encerramento da Sessão 37

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 37

DIÁRIO Nº 100**91ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
28 DE AGOSTO DE 2007**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Edgar Bueno e Péricles de Mello.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausente o Sr. Deputado Caíto Quintana (01).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Luciana Rafagnin e Artagão Júnior (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagem**

MENSAGEM Nº 034/07

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, que objetiva transferir ao patrimônio do estado do Paraná, o imóvel situado na Av. Sete de Setembro, nº 891, esquina com a R. Francisco Torres, nesta capital, registrado sob matrícula nº 15137, da 3ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

A proposta ora formulada a essa augusta Casa, consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que transferirá ao estado do Paraná, o imóvel de propriedade do SERLOPAR, autarquia extinta pela Lei nº 15521/07.

Importe dizer que a lei específica, ora proposta, é requisito fundamental para que se transfira, junto ao já citado Cartório de Registro de Imóveis, o referido imóvel ao patrimônio do estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica transferido ao patrimônio do estado do Paraná, o imóvel situado na Av. Ste de Setembro, nº 891, esquina com a R. Francisco Torres, nesta capital, registrado sob matrícula nº 15137, da 3ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofício

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 28 de agosto de 2007.

Senhor Presidente:

Comunico a V. Exa. e a esta Casa, que por motivo de necessária viagem, não poderei comparecer às Sessões Plenárias e das comissões das quais sou membro, no perí-

odo entre os dias 30 de agosto e 06 de setembro do corrente ano.

(a) VALDIR ROSSONI

Indicações

INDICAÇÃO Nº 267/07

SÚMULA:

Propõe a construção de uma quadra poliesportiva para a Escola Estadual Percy Teixeira de Faria, no município de Rio Branco do Sul.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) a construção de uma quadra poliesportiva na Escola Estadual Percy Teixeira de Faria, no município de Rio Branco do Sul.

2) Justificativa:

A Construção da quadra poliesportiva se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades na prática de esportes e nas aulas de Educação Física, possibilitando à toda a comunidade escolar um ambiente protegido e seguro, pois esta é a única escola da zona rural, atendendo em média 400 alunos.

Sala das Sessões, em 28. 08.07.

(a) EDSON STRAPASSON

INDICAÇÃO Nº 268/07

SÚMULA:

Propõe a construção de Escola Estadual no Jardim Albarana, no município de Rio Branco do Sul.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) solicitar a construção de uma nova unidade escolar estadual no Jardim Albarana, no município de Rio Branco do Sul.

2) Justificativa:

Tal solicitação justifica-se no aumento de alunos para o ensino fundamental. Atualmente apenas duas escolas compartilhadas estão atendendo estes alunos: a Escola Estadual Shirlene de Souza Rocha e Escola Municipal Nilce Faria Elias. A nova unidade atenderia a esta demanda, desfogando as duas escolas que não possuem estrutura e segurança suficiente para atender as necessidades escolares, pois o prédio onde as escolas estão instaladas não possuem muro em volta e nem quadra de esportes, garantindo assim uma educação de qualidade e gratuita para a população.

Sala das Sessões, em 28. 08.07.

(a) EDSON STRAPASSON

Designação

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Péricles de Mello para representar esta Casa de Leis no Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil - MIEIB, XXII Reunião Anual do MIEIB - 2007 nos dias 29, 30 e 31 de agosto, na cidade de São Luis - MA.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2558

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a realização de Audiência Pública para debater a idade de ingresso aos 6 anos no ensino fundamental, no dia 4 de setembro de 2007 (terça-feira), das 9h às 12h, no Canal da Música, sito à R. Júlio Pernet, 695, Mercês - 80810-110 - Curitiba/PR.

Farão parte do evento, especialistas da área e entidades do setor, e contará com a participação do Fórum de Educação Infantil do Paraná. Serão convidados Prefeitos, Secretários Municipais, Educadores, o Ministério Público Estadual, a APP - Sindicato, Secretário de Estado da Educação e representantes da UNDIME-PR (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná).

Requer também a reserva de equipamentos de multimídia para a apresentação dos trabalhos, a confecção 1.000 convites e os serviços do cerimonial da Casa.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 2559

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antonio Vidal Coelho, solicitando do mesmo a recomendação para que, ocorrendo condenação em pena alternativa, os magistrados possam, a seu critério, determinar a compra de livros para as bibliotecas dos municípios, bem assim de outros equipamentos para a revitalização dessas estruturas.

Destina-se essa providência a melhorar a qualidade das bibliotecas dos municípios, haja vista que em razão da falta de recursos, as mesmas acabam definhando enquanto as crianças e jovens carecem de estímulos para o desenvolvimento cultural e educacional.

Cabe salientar que alguns magistrados já têm optado por esse caminho. Contudo, entende-se relevante

a recomendação citada, para que todos os municípios tenham essa benfeitoria.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2564

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, no uso de suas atribuições, REQUER que seja inscrito nos Anais da Assembléia Legislativa o seguinte manifesto.

“Manifesto em defesa do emprego dos trabalhadores bancários no Brasil. Nós, representantes do povo do estado do Paraná, preocupados com o processo de fusão entre duas grandes instituições multinacionais do sistema financeiro, como decorrência da potencial transferência acionária do Banco Real ABN para o Grupo Santander (ou com menor probabilidade, o Banco Barclays), nos pronunciamos em favor do diálogo e do estabelecimento imediato de um processo negocial visando a manutenção dos empregos de mais de 55 mil trabalhadores.

O Sindicato e a Federação, em conjunto com a CONTRAF - CUT, bem como, os bancários aqui presentes declararam que, até o presente momento, nenhum banco assumiu compromisso com a negociação e a manutenção destes milhares de empregos no Brasil. Inclusive o Banco ABN abandonou o processo de negociação, iniciado em fevereiro de 2006 e que transcorreu até 2007 sem nenhuma posição ou resposta conclusiva por parte da empresa.

Atualmente o Banco Real ABN possui mais de 31 mil funcionários, o Banco Santander mais de 23 mil e o Barclays, cerca de 100 trabalhadores bancários.

Ao salientarmos posição contrária a todo e qualquer encaminhamento que seja capaz de implicar em redução de postos de trabalho, ressaltamos que o processo de fusão ora em andamento amplia ainda mais a concentração de renda no sistema financeiro nacional.

Aproveitamos a oportunidade para lembrar que a criação de um grande banco sob controle acionário estrangeiro poderá provocar nova corrida pela liderança no ranking dos bancos, resultando em novas fusões e, conseqüentemente, em novas demissões, com prejuízo a inúmeras famílias e a sociedade como um todo.

O Banco Santander (como o Barclays) sendo uma multinacional é monitorado a partir das diretrizes da OCDE (Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) para empresas multinacionais. O Sindicato dos Bancários de Curitiba Região afirmou que os bancos até o momento, no Brasil, não se manifestaram a favor do processo de negociação e, principalmente, em compromisso na defesa do emprego.

Diante deste cenário de fusões de empresas multinacionais e a ameaça de milhares de empregos, faz necessário ressaltar que o Brasil, através do Ministério da Fazenda do Governo Federal, acompanha e monitora o cumprimento destas diretrizes.

A diretriz sobre Emprego, capítulo IV, afirma que empresas multinacionais, como o Banco Santander,

devem “se empenhar em negociações construtivas, quer individualmente, quer através de associações de empregadores, com representantes objetivando alcançar acordos quanto às condições de emprego”.

Esta diretriz estabelece ainda a necessidade de “providenciar aos representantes dos trabalhadores meios suficientes para ajudá-los a desenvolverem acordos coletivos eficazes”.

E, principalmente, a diretriz declara que “ao prevenir mudanças de atividades que possam ter conseqüências importantes nas fontes de renda de seus empregados, em particular no caso de encerramento da entidade acompanhado de dispensa ou despedida coletiva de empregados, notificar essas mudanças com antecedência razoável aos representantes de trabalhadores e, quando apropriado, às autoridades governamentais competentes, e cooperar com os representantes de empregados e as autoridades governamentais competentes para mitigar tão amplamente quanto possível os efeitos adversos”.

Neste sentido, é necessário o cumprimento imediato destas diretrizes pelos bancos envolvidos no processo de aquisição do Real ABN.

No entanto, até o momento, o Banco Santander (e mesmo o banco Barclays) no Brasil, não assumiram compromisso público e transparente junto aos seus trabalhadores, e aos trabalhadores do Real Sudameris.

Com isto, os bancários do banco ABN, o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, a CONTRAF-CUT, em conjunto com a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, estudam a possibilidade de se pronunciarem junto ao PCN, em favor de uma denúncia do Banco Santander (ou Barclays), sendo estes bancos, empresas multinacionais que transgridem e desrespeitam as diretrizes da OCDE, entre outras convenções.

Por tudo isso, nós, representantes do povo do Paraná, deixamos aqui, novamente, a nossa exigência de negociações sérias e que visem um acordo efetivo de proteção ao emprego dos trabalhadores brasileiros, bem como, o nosso alerta às autoridades do Banco Central e do Ministério do Trabalho, para que atentem à mencionada fusão no sentido de defender o emprego e, assim, garantir o respeito aos trabalhadores de todo o país.

Ao: Banco Real ABN; Banco Santander; Banco Barclays.

C/C: Presidência da República; Ministro do Trabalho; Ministro da Fazenda; Banco Central; Presidente do Congresso Nacional”

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 2565

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização para entrega de título de Cidadão Honorário ao Sr. Comendador Manuel Alho da Silva, já concedido conforme a Lei nº 12490, sancionada em 05 de fevereiro de 1999, na

cidade de Londrina, no dia 21 de setembro do decorrente ano, na sede do Country Club local, às 20h00. E para tanto solicito ainda a presença da equipe do cerimonial desta Casa de Leis, para o bom andamento deste evento.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2567

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva do plenário da Assembleia Legislativa do Paraná para o dia 17 de setembro de 2007 (segunda-feira), das 8h30 às 12h para a realização de uma Audiência Pública para debater os benefícios da Equoterapia com especialistas da área e entidades do setor.

A Audiência é uma proposição da Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciências e Tecnologia, da qual presido, e da Comissão de Saúde Pública da Assembleia.

A Equoterapia - método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar - vem mostrando resultados positivos nas áreas de saúde, educação e equitação. A atividade busca o desenvolvimento de pessoas que apresentam algum tipo de necessidade especial.

Requer também a reserva de equipamentos multimídia para a apresentação dos trabalhos e a confecção de 1.000 convites.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 2569

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a votação nominal para o Projeto de Lei nº 562/07, item 01 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2568

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado, contabilista e esportista Walter Antonio, ocorrido no dia 17 de agosto do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no endereço: R. Carlos de Carvalho, 4007, centro, município de Cascavel, estado do Paraná. Telefone: (45) 3225-4454.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O advogado, contabilista e esportista Walter Antonio Pertile, de 49 anos, era pai de 4 filhos e sócio de um

dos mais antigos e renomados escritórios de contabilidade de Cascavel, o Iguazu. Durante 19 anos praticou tiro prático. Nessa modalidade, com arma de fogo, foi pentacampeão paranaense, tricampeão nacional e atualmente ocupava o 2º lugar no ranking nacional.

Walter parte deixando um exemplo de empresário e cidadão comprometido com a comunidade na qual estava inserido, tendo sido um incansável guerreiro em prol do empresariado e do desenvolvimento, sob todos os aspectos, de Cascavel, deixando uma lastimável lacuna tanto para a família enlutada como para a comunidade cascavelense e do estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2547

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Santa Mônica, pelo transcurso, no próximo dia 10 de setembro/07, de seus 15 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Valdenir Antonio Palmieri, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Osmar Peruzzo, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

As conquistas obtidas pelo município de Santa Mônica, em parceria com o Governo do Estado, dão provas de que é com muito trabalho e dedicação que serão alcançados os objetivos propostos.

Os Poderes Executivo e Legislativo trabalham unidos pelo progresso e desenvolvimento do município, que é privilegiado com a administração segura do Sr. Prefeito Valdenir Antonio Palmieri e sua valorosa equipe de trabalho, que não medem esforços, colaborando sempre para o bem-estar de toda a população.

Portanto, nesta data tão especial queremos, através desta proposição, prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, dão sua parcela de contribuição para o desenvolvimento do seu município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar a população de Santa Mônica pelo transcurso da magna data comemorativa aos 15 anos de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 2548

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Ângulo,

pela passagem do seu 17º aniversário de emancipação política, no próximo dia 03 de setembro/07.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Manoel de Campos Silva, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Erivaldo Lourenço da Silva, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Ângulo.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na significativa data da comemoração do 17º aniversário da emancipação política e administrativa do município de Ângulo, queremos através desta proposição, transmitir às autoridades e ao povo em geral nosso votos de muito sucesso.

Os Prefeitos quando assumem, sejam reeleitos ou eleitos, iniciam suas gestões com grandes responsabilidades. A responsabilidade vai muito além de ter lisura nos atos, de praticar a honestidade, cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e investir, na certeza de uma melhora no atendimento geral de toda a população.

Portanto, o apoio recebido da população mostra que os administradores estão no caminho certo. Assim sendo, é muito importante reconhecer e prestar homenagem às pessoas que contribuíram e continuam dando sua parcela de contribuição para o completo desenvolvimento do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, sente-se orgulhoso em parabenizar toda a população de Ângulo na importante data de comemoração de seus 17 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 2561

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos voto de congratulações ao Colégio Estadual João Zacco Paraná, do município de Planalto, vinculado ao NRE de Francisco Beltrão, pela classificação como finalista do Paraná para concorrer ao Prêmio Gestão Escolar, ano base 2006, em âmbito nacional.

Requer ainda, que se dê ciência deste requerimento ao Sr. professor Flávio Kich, Diretor do mencionado estabelecimento de ensino, à Av. Rio Grande do Sul, nº 111, 85750-000-Planalto/PR e ao Sr. Aires Vicente Tomazoni, Chefe do Núcleo Regional de Educação, à Av. Júlio de Assis Cavalheiro, nº 1272, 85601-000 Francisco Beltrão/PR.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Após visitar as 3 escolas que ficaram entre as finalistas, o Comitê Estadual decidiu classificar como finalista ao Prêmio Gestão Escolar, ano base 2006, no

Paraná, ao Colégio Estadual João Zacco Paraná, do município de Planalto, vinculado ao Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão, considerando-o como o que melhor atende aos critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED.

O Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar foi criado em 1998 e objetiva mobilizar os municípios para tornarem públicas experiências inovadoras em gestão educacional que apresentem resultados positivos, além de prestar reconhecimento aos Diretores de escolas por suas iniciativas. Tem servido como instrumento de sensibilização, motivação e orientação para o avanço da gestão escolar, principalmente em questões que estabelecem a melhoria dos níveis de aproveitamento dos alunos.

É para nós um orgulho muito grande constatar que o Colégio João Zacco Paraná, de Planalto, está entre os melhores, como finalista do estado e concorrendo ao Diploma de Escola Referência Nacional. Portanto, não poderíamos deixar de registrar este fato, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste requerimento, que objetiva transmitir nossas congratulações, não só à direção do colégio, como a todo corpo docente e discente, e também ao Chefe do NRE.

REQUERIMENTO Nº 2563

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações ao Sr. Gabriel “Gabão” Jorge Samaha, Prefeito Municipal de Piraquara, que tem desenvolvido diversos programas sociais minimizando os problemas da população mais carente do município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2550

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. professor e escritor Carlos Fernando França Mosquera, pelo lançamento de sua mais nova obra literária: Cultura Corporal.

O Dr. Carlos Fernando França Mosquera é professor de educação física, fisioterapeuta, especialista em educação especial e doutor em fisiologia do exercício. É também, professor universitário, publicou o livro Educação Física para Deficientes Visuais e vários artigos internacionais, destacando-se, no cenário paranaense, nacional e internacional, pelas suas atuações nas áreas especificadas.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2546

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER o envio de expediente ao Sr. Luiz Forte Neto - Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando informações sobre os Projetos PARANACIDADE/Paraná Urbano, vinculados à operação de crédito de 2006 do município de Cândido de Abreu, abaixo relacionados e porque ainda não foram liberados:

1) complexo poliesportivo - valor inicial R\$ 450.000,00 - valor final R\$ 446.182,68 - aprovado e pronto para liberação desde abril de 2007;

2) pavimentação poliédrica de vias públicas - valor inicial R\$ 200.000,00 - valor final R\$ 210.771,32 - aprovado e pronto para liberação desde abril de 2007;

3) reforma do prédio da Prefeitura - valor inicial R\$ 135.000,00 - valor final R\$ 135.314,85 - aprovado e pronto para liberação desde julho de 2007;

4) aquisição de terreno para o distrito industrial - valor inicial R\$ 130.000,00 - valor final R\$ 132.240,00 - aprovado e pronto para liberação desde abril de 2007;

5) aquisição de terreno para conjunto habitacional - valor inicial R\$ 80.000,00 - valor final R\$ 82.450,00 - aprovado e pronto para liberação desde abril de 2007.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2549

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Comandante da Polícia Militar do Paraná, Comandante Nemésio Xavier de França Filho, para que respeitosa-mente proceda a instalação do posto policial na localidade de Porto de Cima, no município de Morretes.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

JUSTIFICATIVA:

Em razão do aumento da criminalidade na região, motivo de apreensão e insegurança da população local, devido a falta de policiamento, nos remetem a presente solicitação.

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 025/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º A Assembléia Legislativa do Paraná, promoverá para seus funcionários, programas de conscientização sobre a importância da redução de consumo, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados, sobretudo de papel.

Art. 2º Deverá ser disponibilizada, nos prédios deste Poder Legislativo, coleta seletiva dos materiais ali gerados.

Art. 3º deverá adotar, na progressão de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano, o uso de papel não clorado em seus materiais de expediente, tais como folhas de ofício, envelopes, fichários, formulários de forma a, no prazo de 4 (quatro) anos, abolir a utilização de papel clareado a cloro.

Art. 4º A Mesa Executiva regulamentará a presente resolução no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A presente resolução tem como foco a reciclagem de materiais utilizados na Assembléia Legislativa, sobretudo o papel. É notório o esforço de diversos segmentos da sociedade na preservação ambiental e na criação de um mundo mais limpo, saudável e ambientalmente mais responsável.

Sendo assim, é dever de todos contribuir e trabalhar pelo desenvolvimento sustentado, com preservação do meio ambiente e aumento da qualidade de vida. De outra parte, é fundamental que possamos dar o exemplo de atuação ambientalmente responsável e estimule toda a sociedade a fazer o mesmo. A utilização de papel reciclado é a forma eficaz de diminuir a quantidade de lixo produzido e reduzir os danos ambientais decorrentes do processo de fabricação. Em comparação com o papel tradicional, a diminuição do impacto ambiental é enorme, como se depreende do quadro comparativo transcrito a seguir:

	Papel de 1ª qualidade	Papel de 2ª qualidade	Papel reciclado
Área de floresta (ha)	5,3	3,8	0
Árvores	15	10	0
Madeira (Kg)	2400	1700	0
Água (Litros)	200.000	100.000	2.000
Energia (KW/h)	7.500	5.000	2.500
Poluição da água	elevada	média	baixa ou nula
Poluição do ar	elevada	média	nula
Produção de RSU	1,5 a 2 m3	1,5 a 2m3	baixa ou nula
RSU: Resíduos sólidos urbanos			

Entendemos que a aprovação da referida proposição possa representar uma importante contribuição deste Poder Legislativo para o desenvolvimento ambientalmente sustentado, a preservação do meio ambiente, a diminuição de emissão de CO₂ na atmosfera e o bem-estar de todos os cidadãos.

Interessante salientar, que no último dia 04 de julho, o Sr. Governador do estado sancionou a Lei nº 15563, de nossa autoria, que dispõe sobre a conscientização, reutilização e reciclagem de materiais utilizados nos órgãos da administração pública, sobretudo o papel. Cabe a nós legisladores, colaborarmos também com o meio ambiente em nossa Casa de Leis.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para aprovação do referido projeto de resolução.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 630/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Será de no máximo 24 meses o prazo para restabelecer o crédito de pessoa física ou jurídica, junto às instituições financeiras e comerciais.

Art. 2º O prazo que trata o artigo anterior, começará a ser contado a partir da data em que a pessoa física ou jurídica for considerada inadimplente.

Art. 3º O não cumprimento da norma fixada no artigo 1º desta lei, implicará no pagamento, por parte do infrator, de multa de 10 salários-mínimos regionais, considerando-se como base o salário-mínimo vigente no Paraná, sendo que o valor da multa será revertido a quem tiver sido prejudicado pela falta de crédito, ou pelo chamado “nome sujo na praça”.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Algumas entidades representativas em nosso estado discutem, há vários anos, a redução de 5 para 3 anos, o prazo de inadimplência de pessoas físicas e jurídicas. Proprietários de grandes lojas de departamentos, com moderna visão empresarial, chegam a colocar anúncios em veículos de comunicação, convocando seus clientes inadimplentes para que compareçam em suas empresas, onde receberão proposta tentadora para limparem o nome, ou seja, para que tenham o crédito restabelecido.

Essa prática vem apresentando resultados fantásticos, pois o valor do débito sofre enorme redução, sendo ótima solução para o devedor e para o próprio empresário, que acaba recebendo uma dívida, muitas vezes quase

perdida, e abre caminho para vender mais para o mesmo cliente.

Não há nenhuma lei federal que impeça esta Assembléia Legislativa de aprovar o presente projeto. Tudo indica que o Paraná possua hoje um contingente superior a 500 mil pessoas que estão impossibilitadas de efetuarem operações bancárias ou de fazerem compras pelo crediário, porque tiveram algum tipo de atrapalho na vida que impossibilitou a que pagassem em dia suas dívidas. Reduzir para 2 anos o chamado “castigo” para o inadimplente, é uma humanitária contribuição desta Casa de Leis para normalizar o crédito desses paranaenses, com a convicção de ser uma lei que trará ótimos resultados financeiros também para os empresários.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 631/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o exercício de estágio equiparado ao exercício de serviços públicos para fins de titulação em concursos públicos realizados no estado do Paraná.

Parágrafo Único. O estágio previsto no *caput* se refere aos exercidos junto aos serviços públicos federais, estaduais e municipais.

Art. 2º Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto por esta lei, que cada 2 (dois) anos de estágio supervisionado serão equivalentes a 1 (um) ano de serviço público.

Art. 3º Os órgãos estaduais que irão realizar concursos públicos, com prova de títulos, deverão inserir em seus editais o benefício e as regras para sua obtenção.

Art. 4º A comprovação do tempo de estágio será efetuada através do relatório anual do concedente de estágio, encaminhado à Delegacia Regional do Trabalho com demonstrativo dos quantitativos especificados na Lei Federal nº 6794, de 7 de dezembro de 1997.

Art. 5º Ao exercício da atividade de estágio a que se refere o *caput* do artigo 1º, será aplicado às leis federais que regulam a matéria.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

Vários estudos estão sendo desenvolvidos em torno do tema estágio; estudos estes, voltados à solução de problemas que envolvem a instrumentalização do estágio, que muitas das vezes são desvirtuados por meio de

práticas ilegais de mera contratação de mão-de-obra barata ou, o que é pior, de substituição de trabalhadores formalmente contratados, como acontece atualmente, levando à precarização das relações de trabalho.

Após esses estudos, dentre os quais se incluem a Procuradoria Geral do Trabalho, conclui-se que a matéria requer empenho e reformulação da legislação vigente, que propicie ao estagiário não só a função sócio-educativa, como também a de experiência profissional que pode somar, de forma positiva, quando o recém-formado tiver o seu primeiro contato com o mercado de trabalho, já na condição de profissional da área.

Pontos como jornada de trabalho, assistência previdenciária dentre outros, já são regulamentados por leis federais (Lei nº 6794/77; 8212/91; 8213/91 as quais, estão prestes a passarem por modificações de iniciativa da Câmara dos Deputados.

A atual legislação aplicável aos estágios merece atenção e reformulação para que consiga cumprir sua finalidade legítima, valorizando a atividade de estágio em harmonia com relação formal de trabalho, preservando os limites de ambas.

O presente projeto de lei, visa propor a regulamentação do estágio prestado junto ao serviço público em todas as esferas do Governo, tendo como objetivo principal a valorização e incentivo ao trabalho dos estagiários, devidamente regulamentado e fiscalizado nos termos da legislação federal, evitando assim que a sua finalidade seja desvirtuada por meio de práticas ilegais de mera contratação de mão-de-obra barata ou, o que é pior, de substituição de trabalhadores formalmente contratados, levando à precarização das relações de trabalho, tudo com base no incentivo de valorização do trabalho do estagiário em sua direta vinculação ao mercado de trabalho do qual fará parte.

PROJETO DE LEI Nº 632/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Universidade Estadual da Comunidade dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, com sede no município de Fazenda Rio Grande.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Apenas de a região metropolitana de Curitiba abrigar 1/3 da população do estado, não existe uma universidade estadual para atender essa numerosa comunidade.

A instalação da Fundação Universidade Estadual da Região Metropolitana, com sede no município de Fazenda Rio Grande, irá trazer um enorme progresso

para o município e região, procurando atender, preferencialmente, estudantes de família de baixa renda, que dificilmente poderiam disputar vagas com vestibulandos de todos o país.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 633/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Em conformidade com o disposto no artigo 21, inciso III, da Lei Federal nº 8666/93, e observados os demais preceitos constitucionais e legais sobre a matéria, em especial a lei estadual que trata a matéria, os órgãos públicos das administrações direta e indireta do estado, na publicidade de suas obras, anúncios, editais, programas, serviços e campanhas em geral, que venham a veicular-se na mídia impressa, deverão utilizar-se de jornais alternativos, na proporção especificada por esta lei.

Art. 2º A parcela mínima a ser destinada à divulgação através de jornais alternativos é fixada em 10% do total da verba de publicidade oficial do estado para divulgação na imprensa escrita.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, consideram-se jornais alternativos os periódicos que tenham tiragem mínima de 5 mil exemplares, e se caracterizem por serem preponderantemente dirigidos a regiões, municípios ou bairros, ou ainda a segmentos específicos da sociedade.

Parágrafo Único. A critério da administração, poderá ser exigido que a tiragem a que se refere o *caput* seja atestada por instituto de pesquisa de notória reputação.

Art. 4º Os jornais alternativos interessados em veicular publicidade oficial do estado deverão credenciar-se junto ao órgão estadual competente, que manterá cadastro específico para esse fim.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.08.07.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A importância da imprensa dita alternativa é algo que todos devemos reconhecer. Levando informações relevantes a um grande número de leitores, quase sempre distribuídos por regiões, bairros ou segmentos sociais dos mais variados, seu desenvolvimento é sumamente necessário para o exercício pleno da cidadania. A rigor a democratização dos meios de comunicação, requer o fortalecimento dos veículos independentes e de circulação

mais restrita, promovendo assim o legítimo, justo e saudável contraponto à grande imprensa e aos monopólios de linhas editoriais, o que, em suma, significa fundamentalmente a essência da liberdade de opinião e de comunicação.

Por este motivo, muito terão a ganhar os cidadãos do estado do Paraná, com o prestígio desses importantes veículos de comunicação, o que acreditamos ocorrerá caso seja aprovada esta nossa proposição, que pretende destinar para os jornais alternativos 10% das verbas de publicidade oficial do estado para divulgação na imprensa escrita. E não se trata de legislar sobre o instituto da licitação, cujas normas foram instituídas pela Lei Federal nº 8666/93, assim como também não se altera a lei estadual, mas apenas se cria mais uma condição para ser observada pela administração.

Ademais, esta proposição milita no sentido de atender ao previsto no artigo 21, III, Lei nº 8666/93 (com a redação dada pela Lei nº 8883/94), como se reproduz:

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez: (...)

III - em jornal diário de grande circulação no estado e também, se houver em jornal de circulação no município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

Intróito:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência anuncia aos Srs. Deputados, comunica que recebemos hoje a visita do Sr. Giorgos Chalaris, que é Prefeito de Oia na Ilha de Thirasia, na Grécia, e que juntamente com o Cônsul Constantino Comninios, vem visitar a nossa Casa. Já estivemos com ele hoje. O Deputado Carli que é o Presidente da Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais e o Prefeito já pela quarta vez consecutiva, fará uma saudação aos Srs. Deputados.

Por esta razão, suspendemos a Sessão por um minuto apenas.

(Suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Reaberta a Sessão.

Concedo a palavra neste instante ao Deputado Ribas Carli, que é o Presidente da Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais, que recebe hoje o Prefeito grego da Ilha de Thirasia.

Deputado Ribas Carli Filho - Presidente da Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É com muito prazer que anunciamos e apresentamos hoje o Exmo. Sr. Giorgos Chalaris, Prefeito da Ilha de Thirasia; a Ilma Sra. Panagoula Andreosadou André Sadu, primeira-dama; o Exmo Sr. Constantino Comninios, Cônsul Honorário da Grécia, em Curitiba; o Ilmo. Sr. Norman de Paula Arruda Filho, Superintendente do Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas; o Ilmo. Sr. Sérgio Pires, Coordenador do Núcleo de Assuntos Internacionais da Fundação Getúlio Vargas; a Exma. Sra. Carla Chifos, da School Of Palnning da University of Cincinnati; Exmo. Sr. Michael Romanos, da School of Planning da University of Cincinnati.

Com a palavra o Sr. Prefeito Giorgos Chalaris.

Sr. Giorgos Chalaris - Prefeito de Oia/Grécia

O SR. PREFEITO GIORGOS CHALARIS

(Pronuncia-se em grego)

O Sr. Constantino Comninios (Tradutor)

O SR. CONSTANTINO COMININIOS (Traduzindo)

Saudações.

Estou muito satisfeito de estar aqui no Brasil. Eu venho da Grécia, da Ilha de Santorini, e sei que existe uma unidade muito grande entre a Grécia e o Brasil. A ilha é uma ilha de armadores, cujos navios chegam até o Brasil. Ele está com muita alegria de estar aqui conosco e dar aqui a saudação dele a todos os brasileiros em nome do povo grego.

Ele está muito feliz e esteve hoje também visitando o Prefeito e agora na Assembléia, notou que existem muitos jovens políticos que estão sendo eleitos aqui no Brasil e isto para ele tem um significado muito grande. Ele disse que foi reeleito 4 vezes Prefeito da cidade onde ele se encontra. Na Grécia é perfeitamente possível isto. Aqui no Brasil a reeleição é apenas por um mandato. Lá eles podem ficar vários mandatos no mesmo cargo,

Ele está também muito feliz de ver que aqui, se no Brasil existe esta juventude, esses jovens que estão sendo eleitos, na Grécia nas últimas eleições de primeiro nível, seria, digamos a Câmara Federal, o Parlamento, 64% dos eleitos eram novos Deputados que assumiram as funções.

Ele não costuma tirar férias à distâncias mais longas além da Grécia, mas veio aqui a convite do arquiteto Sérgio Pires, acompanhando o Michael Romanos e a esposa, a Carla Chifos, que são da Universidade de Cincinnati, para um programa de intercâmbio que eles estão

realizando na Ilha da Santorini, principalmente na sua cidade, na cidade onde ele é Prefeito.

Ele está muito contente também de ver que esta iniciativa tomada por ele e pelos brasileiros fará com que, no futuro, esta união, este intercâmbio seja cada vez mais intenso.

Ele é Vice-Presidente do Conselho das Ilhas do Egeu, um Conselho que decide sobre as questões de meio ambiente, as questões da manutenção do patrimônio histórico da região.

Ele está dizendo que irá levar a mensagem de carinho que está recebendo aqui e dizer que aqui no Paraná ele foi recebido com amizade e com carinho e vai levar o nosso para eles.

Ele disse que o intercâmbio entre gregos e brasileiros tem mais de 200 anos, quando os gregos chegaram aqui, mas fundamentalmente ele está convidando a todos para serem hóspedes da ilha dele e gostaria de recebê-los na cidade onde ele é Prefeito.

Deputado Nelson Justus - Presidente da Assembléia

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Comininos, gostaria que você transmitisse ao Prefeito e aos seus companheiros que é um privilégio a Assembléia recebê-los, assim como recebe o Cônsul Honorário da Grécia, Constantino Comininos, que é uma figura muito querida aqui na Casa. De igual maneira os nossos amigos, Sérgio Pires e este extraordinário Norman Arruda e dizer a vocês que a Assembléia realmente cumpre esse papel de escancarar as portas para todas as pessoas que aqui vêm.

Ficáramos realmente muito felizes se pudéssemos dar continuidade a esse intercâmbio. A Comissão, que é presidida pelo Deputado Ribas Carli, tem papel importante nesta mixagem de conhecimentos e projetos que possam vir para o futuro.

Por isso é uma honra recebê-los aqui. Tenho certeza que vão gostar de conhecer Morretes, Antonina e Foz do Iguaçu. Já estiveram hoje com o Prefeito e membros do Governo, nosso Paraná realmente recebe as pessoas de braços abertos.

Suspendo a Sessão por alguns minutos, para que possamos cumprimentar o Prefeito Giorgos e seus convidados e dizer que, Norman, Sérgio e Constantino, vocês são um patrimônio desta Casa.

(Suspensa a Sessão)

(Reaberta a Sessão)

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna nesta tarde de hoje para relatar um pouco do que foi a Audiência Pública, Deputada Rosane Ferreira, realizada com a presença do Deputado Cheida e do Deputado Federal Barbosa Neto, em Londrina, na última sexta-feira, e que tem por objetivo fazer um debate a respeito da possibilidade da instalação da Usina de Mauá da Serra, que na verdade fica entre os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira.

Essa Audiência Pública foi na Câmara Municipal de Londrina, teve cerca de 300, 350 pessoas participando, diversas universidades tanto estaduais como a universidade federal participaram e universidades privadas participaram do debate. E o que nos chamou a atenção, Deputado Cheida, foi a absoluta falta de respostas daquelas 70 condicionantes que haviam sido levantadas, aqui, pelo IAP, inclusive quando da entrega do EIA-RIMA feito pela SENECA, a empresa contratada para fazer o estudo de impacto ambiental.

O que me chama a atenção e foi isso que falei inclusive com o Dr. Raul Munhoz, que era o representante da COPEL na ocasião, é que não adianta - foi solicitada uma nova Audiência Pública para fazermos em Ortigueira - não adianta fazermos outra Audiência Pública se não obtivermos as respostas do IAP e as respostas da COPEL com referência àqueles problemas levantados.

Nesse sentido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vamos fazer, através da Frente Parlamentar de Acompanhamento do Potencial Energético do Estado do Paraná, solicitada pela Deputada Rosane, vamos fazer um convite ao Presidente do IAP para que venha a esta Casa e possa nos esclarecer o que eles vão fazer com aquelas benditas minas de carvão, que estão lá com 26 bocas, que eles chamam, com 26 entradas abertas. Os 10 alqueires de carvão que estão a 1.000 metros do rio, com as duas comunidades indígenas e, também, obviamente, com 380 famílias de ribeirinhos que também serão impactados.

Falo isso porque já há algum tempo esse primeiro estudo do EIA-RIMA foi feita, há 2 anos atrás, mas há indícios claros, tanto na primeira como na segunda Audiência Pública, que houve fraude no EIA-RIMA. Essa fraude fez com que inclusive a COPEL e a ELETROSUL constituíssem um consórcio autorizado por esta Casa, Consórcio Cruzeiro do Sul, fez com que essas duas empresas, através dos seus consórcios, pudessem ganhar a condição de construir a Usina de Mauá, sem que soubessem desse problema, porque eles não estão apontados no EIA-RIMA.

Estou falando isso porque o problema não é da COPEL e nem da ELETROSUL, que são duas empresas públicas de extrema responsabilidade e de relevância para o estado. O problema é de quem fez o EIA-RIMA,

mas também nós, por outro lado, não podemos deixar de ver que com esses problemas não temos condições, hoje, de fazer com que o IAP conceda a licença de instalação para que as obras comecem.

Quero deixar bem claro aqui, que não temos posição firmada contra a instalação da usina; temos posição firmada contra o prejuízo que as pessoas possam vir a ter, contra o prejuízo que Londrina e toda a região, cerca de 1 milhão e meio de pessoas possam vir a ter. Por isso que temos feito as Audiências Públicas.

Não dá para dizer o seguinte - como isso já estava acontecendo antes e o EIA-RIMA não apontou - agora simplesmente o Consórcio Cruzeiro do Sul tem que construir a usina.

Não podemos ter agora simplesmente que esquecer que há minas de carvão, que há comunidades indígenas, que existem cerca de 380 pessoas, porque o EIA-RIMA não apontou.

Ora, se o EIA-RIMA não apontou, o capitalismo tem riscos, esse é o risco de quem muitas vezes faz um EIA-RIMA errado. Se o próprio Presidente do IAP diz que o EIA-RIMA é um lixo, acho que não podemos, a partir de um lixo, fazer qualquer tipo de coisa com alguma consistência.

Estamos solicitando em princípio, convidando o Presidente do IAP ou um representante seu para que possa esclarecer à Assembléia Legislativa e à Frente Parlamentar quais vão ser as medidas tomadas e que, a partir daí, possamos dar continuidade a esse debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para falar de um assunto que foi publicado hoje pela imprensa paranaense, mais especificamente pelo jornal Gazeta do Povo, que me chamou a atenção.

Diz a Gazeta do Povo, na sua página 09, deste dia 28 de agosto: "Atriz que deveria dirigir curso no Paraná, grava novela. Ítala Nandi se divide entre o interesse público e o particular".

Ao longo da matéria informa-se que o Paraná e o país têm discutido muito quais são os limites na conduta dos dirigentes governamentais, entre o interesse público e o interesse privado.

Mas que a Coordenadoria da Escola Sul-Americana de Cinema e Televisão, a atriz Ítala Nandi, é um caso curioso a ser tratado. Hoje, ela estréia como personagem da nova novela da Rede Record; Caminhos do Coração, gravada no Rio de Janeiro, onde a atriz tem

passado a maior parte do seu tempo. Paralelamente, Ítala Nandi coordena no Paraná a Escola de Cinema do Governo do Estado, desde que foi contratada em 2005. Essa já é a segunda novela que a famosa atriz participa.

O que mais choca, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nessa matéria, além, evidentemente, de a atriz ser uma espécie de funcionária fantasma do Governo do Estado do Paraná, que fica no Rio de Janeiro, mas recebe o dinheiro do contribuinte paranaense, são as ofensas que a Sra. Ítala Nandi faz ao povo do Paraná.

Com destaque na Gazeta do Povo, num box, na Gazeta de hoje, diz Ítala Nandi: "Jamais vi um estado coberto de maior terror do que o Paraná. Os meus alunos, a maioria deles, têm depressão e depressão é fascismo. Portanto, há repressão neste estado, de todas as partes".

Há repressão neste estado de todas as partes, senhores! Da Assembléia Legislativa, que eu saiba não há repressão nenhuma! Há atuação cultural, seja da Sra. Ítala Nandi ou de qualquer outra pessoa.

Mas a matéria vai mais além. Ela afirma, a Sra. Ítala Nandi: "Estou fazendo coisas fantásticas que o Paraná não tem por puro altruísmo. Não ganho nada para isso." Ou seja, mente porque ganha. É bem remunerada para isso. "Sou gaúcha e vivo no Rio de Janeiro. Faz uns 50 anos que estou no Rio. Agora tenho residência em Curitiba". E complementa Ítala Nandi: "Para ficar morando em Curitiba quando se tem casa no Rio, é preciso ter muito amor pelo que se está fazendo".

Ela também afirma: "Há uma confusão dentro do Paraná". Palavras dela. "As pessoas vivem aterrorizadas", afirma a atriz. Mais para frente ela afirma que os paranaenses são reprimidos. E para terminar, conclui: "É bom para misturar um pouco, equilibrar e abrir a mente desses meninos do Paraná, que são extremamente apavorados. Sou gaúcha, nasci em colônia italiana e sei muito bem o que é fascismo. O Paraná é colonizado pelos segmentos sociais do mundo mais repressores, que são poloneses, alemães, italianos e cracovianos".

Ou seja, a Sra. Ítala Nandi, que coordena um projeto de cinema para o Paraná, está infringindo a Constituição Federal. E numa demonstração de preconceito, de desrespeito contra a colônia italiana deste estado, contra a colônia polonesa, contra os descendentes de alemães que ajudaram a fazer o Paraná o estado que é nosso Paraná, ela afirma que essas pessoas são os povos mais repressores do mundo e acusa os paranaenses de serem fascistas.

Convenhamos, Sr. Presidente, se há uma única coisa fascista no estado do Paraná é o Governo do qual a Sra. Ítala Nandi, fantasma famosa que estréia na Rede Record num programa, e faz parte com um salário bastante polpudo!

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Só quero no dia de hoje lembrar que mais uma criança morreu em Ponta Grossa, ontem, por falta de UTI. UTI pediátrica, não é nem neonatal.

Eu queria pedir ao Governo, o Governo está cheio de boas idéias, está construindo um hospital, está fazendo obras importantes, só que até que fique pronto o hospital, continuamos a perder crianças, como um pai que chorou lá na rádio, contando o seu dilema.

Semana passada, um empresário de Ponta Grossa teve que bancar, aqui no Hospital Vita, a vida de um funcionário seu. Teve que emprestar o dinheiro para o funcionário para salvar a vida de um jovem, uma criança aqui em Curitiba, no Hospital Vita. Até quando vai isso?

Melhorias estão acontecendo, mas crianças continuam morrendo, Sr. Governador da Carta de Puebla, pelos mais pobres. Governador Roberto Requião, quem está morrendo são nossas crianças! Nossas crianças! Poderia alguém dizer que isto é coisa do passado, dos governos anteriores? Não estamos no passado! Estamos no presente! O futuro, acho que vai ser melhor, mas o presente continua vitimando crianças em nossa cidade. Por favor! Parem de gastar dinheiro, por exemplo, com produtos superfaturados, para sobrar dinheiro para cuidarmos das criancinhas do Paraná.

Jornal Impacto deste fim de semana - este é o jornal que "mete o pau" até nele, se preciso, de vez em quando - é um jornal que, quando precisa, bate até nele próprio: "Acordo Político Financeiro transforma jornal Gazeta do Povo na Hora H da eleição de 2008".

Estou perplexo com isto aqui. Segundo o jornal, que tem um Diretor, é um jornal de circulação e tem um Editor, ele diz que foi feito um acordo e que agora quem banca o Governo, as publicidades da toda poderosa organização Rede Globo, é o Governo Federal. O Requião brigou, não tem mais dinheiro. Quem vai bancar, agora, é o Governo Federal.

E já estou vendo aí, na mídia estadual, já estou vendo publicidades do Governo Federal sendo veiculadas, o que pode se comprovar, o que esta se mostrando aqui. E que a intenção seria clara: o acordo visa atingir a figura do Prefeito Beto Richa. Tudo é preparado para atacar o bom momento que vive o Prefeito Beto Richa.

Passa a usar o horário da Liderança do PTB

Sr. Presidente, solicito o horário do PTB.

Sr. Presidente, o Prefeito Beto Richa vem construindo um Governo muito bom, um Governo de muitos acertos, o Prefeito Beto Richa vem fazendo um Governo exemplar, um Governo que, para se ter uma idéia, a passagem de ônibus hoje em Curitiba é mais barata que a passagem de ônibus em Ponta Grossa. Isso nunca aconte-

ceu na história de Ponta Grossa e Curitiba! Aqui sempre foi mais cara a passagem de ônibus. Quando fui Prefeito, sempre em Curitiba era mais cara e agora, para nossa surpresa, se vê que a passagem em Curitiba é mais barata do que a passagem em Ponta Grossa. Por isso querem bater no Beto Richa! E diz o Jornal Impacto, e fico preocupado quando ele diz que tem um acordo que envolve o Ministério do Planejamento do Governo Lula, um homem que está com a caneta na mão no Paraná, o Ministro Paulo Bernardo, está envolvido por trás da candidatura do PT às eleições para tentar enfrentar o Beto Richa e que publicidades vão ser gastas nessas redes.

Vamos ficar de olho! E a Rede Globo tinha uma mídia em que o Cid Moreira fazia aquela voz bonita, dizendo: "Estamos de olho!" Vou ficar de olho aberto para ver se vai se confirmar o que está dizendo hoje o Jornal Impacto. Acabou o dinheiro do Requião e agora ele conseguiu que o Governo Federal banque algumas empresas de comunicação com o dinheiro de Brasília. Mas a intenção é clara: tem que chamar para dançar o Beto Richa. Chama o Betinho para dançar, põe ele na roda, vamos achar as coisas do Beto, vamos julgar o seu mandato, agora na mídia! Então, a grande vítima a partir de hoje será o menino Beto Richa - ele é a bola da vez. E isso com dinheiro que vem de Brasília e que não posso concordar, porque ajudei a eleger o Presidente Lula, fiz campanha para o Lula abertamente e não me escondi do Lula como o Requião se escondeu.

O Requião tem o costume de dizer, naquele seu linguajar popular: "Foge como o capeta da cruz". Ele adora dizer isso, mas quem fugiu do Lula na campanha? Alguém lembra?

Ontem vi aqui o Deputado Romanelli feliz da vida: Lula, aleluia, PAC, casas, um grande projeto e tudo legal, merece nota 10. Lula lá! Agora é Lula! E aí me lembro que, naquele dia do comício no Boca Maldita, com milhares de petistas, milhares de companheiros do Lula e inclusive lá estava eu dando o meu apoio ao Presidente Lula, de pé, lá atrás, aplaudindo o candidato Lula, e sabem quem estava lá? Sabem quem estava? O Pessuttão! Aliás, o Pessutti só serve para apagar fogo! O Pessutti é o bombeiro deste Governo. O Requião mete fogo, apaga o fogo com gasolina e o Pessuttão vem atrás com um extintor tipo aqueles antigos do corpo de bombeiros, e sai apagando o fogo colocado pelo Requião!

Vejo o pessoal do PMDB feliz com o Lula hoje: "Êh Lula bom!" Parabéns ao pessoal do PT, aqui, Deputado Veneri, Deputado Welter. Que bom vermos o Requião elogiando o Lula, que bacana, eu me orgulho disso, que bonito! Eu vi na "escolinha" o Requião dizer: "Pegaram os 40 ladrões, só falta o Chefe dos 40 ladrões". Está na "escolinha". Quem fala demais dá bom-dia a cavalo, está lá na "escolinha". Só falta o Chefe. Eu ouvi. Agora, que bom hoje! Palmas para o Requião que foi abraçar o Lula no fim de semana, parabéns ao Lula, um homem humilde, um homem que está passando tudo o que passou, Sr. Presidente, teve a decência de mesmo

sabendo que o Requião fugia dele como o diabo foge da cruz, na eleição passada, o Lula veio aqui no comício, veio aqui com a sua humildade de um grande estadista e disse: “Votem no Requião”. E o Requião estava fugido, estava desaparecido, estava escondido, estava com medo, medo de aparecer ao lado do Lula e de perder as eleições, mas queria o apoio do Lula, queria sim, daí mandou o Pessutão, o Pessutão foi lá: “O Lula é meu amigo”. E assim por diante, senhores.

Por isso, queria fazer essa saudação hoje aqui a esse eminente Presidente das obras do Paraná, do plano econômico que era uma porcaria, mas que hoje trouxe recursos para o Paraná, queria cumprimentar aqui todos os companheiros. Eu trabalhei para o Lula, sim temos que decidir, acho que entre o que estava aí, o melhor era o Lula, com todos os problemas, pelo menos é mais ligado ao povo, é mais simples, e eu nunca falei com o Presidente, e com esse Lula eu já falei umas 4 ou 5 vezes, lá em Brasília, por telefone, em vários lugares.

Então, vou votar no Lula pedir voto para ele. Agora, eu não fugi dele, Deputado Alexandre Curi, eu subi no palanque e coloquei no peito o Lula, e não peguei o cavalo e galopei, não, eu fiquei lá! Pedi voto para o Lula. Agora, quem não pediu voto para o Lula, hoje está aí: “Oi Lulinha, você é um amor! Vem cá Lula, paixão da minha vida! Lula, vem cá Lulinha! Beijos e abraços”. Aí, Roberto olha para o Maurício: “Maurício, esse é o Lula nosso!” Aí, Maurício olha para o Roberto e diz: “Pois é Roberto, realmente é o Lula mesmo, é o nosso Lula, veio trazer recursos”.

Parabéns ao Lula, que foi humilde. Parabéns ao Presidente humilde, pelos recursos que vieram para o Paraná, mas parabéns a quem teve coragem de apoiar o Lula! E àqueles que galoparam distante do Lula agora voltam, a todo galope, abraçando ao nosso Lula. Salve o Lula, o Presidente, que humildemente pediu voto ao nosso Governador, e se não pedisse voto, Deputado Zucchinho, quem sabe o Osmar Dias estaria sentado na cadeira do Palácio Iguaçu, hoje, mais uma vez, com certeza.

Por isso, parabéns Lula, por ser humilde. Eu só queria dizer que o nosso querido Lula é um cara humilde, e o Requião ontem fez as pazes com o Lula. Parabéns! Mas fez as pazes quando? Quando? Quando? Depois da eleição, antes Lula estava podre, dava medo do Lula; agora beijos no Lula. Aleluia, amém, Senhor!

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Trago a esta tribuna um assunto que preocupa os servidores públicos do estado do Paraná.

Quando o Governo passou as contas para o Banco do Brasil, as contas tiveram um prazo de isenção nas contas dos servidores, e agora eles têm que pagar. Para quem tem conta ouro são R\$ 24; conta classic são R\$15; conta eletrônica são R\$ 8 e R\$ 5. E os servidores, para atingir metas do banco, têm induzido os funcionários públicos que não existe mais a conta isenta. Mas existe sim.

Quero alertar os funcionários públicos que têm conta no Banco do Brasil e quer só receber o salário, que existe a conta isenta, sem custo. Precisam exigir isso.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional está na iminência de votar a prorrogação da CPMF.

A CPMF é uma contribuição solidária da sociedade brasileira para combater a pobreza e a desigualdade social do país.

Só nos últimos 5 anos a CPMF permitiu que o Governo Federal investisse 91,6 bilhões em saúde, previdência social e combate à pobreza.

Na saúde foram investidos R\$ 46,6 bilhões com recursos da CPMF, dos anos de 2003 a 2006. Representa, no atendimento hospitalar e ambulatorial no SUS, R\$ 32 bilhões.

Em 2007 devem ser aplicados 15,7 bilhões no setor da saúde.

No combate à pobreza, foram investidos 21,8 bilhões em programas de transferência de renda, com recursos também da CPMF, de 2003 a 2006.

No Bolsa Família a aplicação do CPMF também foi na ordem de R\$ 15,4 bilhões entre 2004 e 2006. O tributo financiou 75% do programa no período. Os demais 25% foram financiados com verbas de contribuição social sobre o lucro líquido e da contribuição para o financiamento da seguridade social.

Sr. Presidente, na Previdência Social foram direcionando R\$ 23,1 bilhões, com recursos da CPMF, para pagamento de benefícios previdenciários. Nos últimos 4 anos, a aplicação da CPMF no setor equivaleu em média ao pagamento de 870 mil benefícios mensais. A Previdência é o maior programa social do país: paga 21 milhões de benefícios mensais e cada um beneficia em média 4 pessoas.

A CPMF surgiu em 1996, pela Emenda Constitucional nº 012, valeria por 2 anos, com alíquota de 0.25. A lei que regulamentou a cobrança - 9311/96 - fixou em 0.20 e a arrecadação foi destinada ao Fundo Nacional de Saúde. Em 1999, a Emenda 21 renovou a vigência do tributo por 36 meses e alterou a alíquota. Nos primeiros 12 meses, a cobrança seria de 0.38%; nos demais, de 0.30%. Manteve-se à vinculação dos recursos à saúde, mas a arrecadação resultante da diferença entre a alíquota anterior e a nova foi direcionada à Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulta V. Exa. se fará uso do horário do Partido dos Trabalhadores?

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O SR. ELTON WELTER (PT)

Outra prorrogação da CPMF ocorreu em 2002, por meio da Emenda 37, que também definiu a atual divisão da receita. Da alíquota 0.38, 0.20 iria para a saúde, 0.10 para a Previdência Social e 0.08 para o Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza. Pela emenda, a alíquota 0.38 valeria até o fim de 2003, em 2004 cairia para 0.08 e financeira só o fundo. Em 2005, a CPMF acabaria. A prorrogação da CPMF, em 2002, prescindiu da noventena - carência de 3 meses - entre a aprovação das regras de uma contribuição e o início da cobrança desta contribuição. Houve um entendimento jurídico de que, em caso de simples renovação da contribuição, mantidas as regras anteriores, a carência não seria necessária.

Em dezembro de 2003, a Emenda 42 renovou o tributo e a alíquota de 0.38 até 2007, preservando a repartição dos recursos - 20% para a saúde, 10 para Previdência e 8 para o combate à pobreza - com base na jurisprudência criada em 2002, também não houve a noventena. A Emenda 42 permitiu que nos últimos 4 anos fossem investidos exatamente os recursos que eu havia dito no início: 91.6 bilhões em saúde, Previdência Social e combate à pobreza.

Sr. Presidente, estou fazendo este pronunciamento porque vamos ser questionados por que a Bancada do PT, no passado, foi contra a criação da CPMF. Hoje, o Governo trabalha intensamente com sua base aliada para prorrogar a CPMF. É um tributo que, realmente, consegue acompanhar ricos e pobres, a sua movimentação financeira. O que esperamos é que essa alíquota seja prorrogada. Agora, pode ser programada a sua redução com o tempo.

Esperamos que o Congresso não vote no sentido de sustar de vez o recurso da CPMF, porque poderemos criar grandes problemas no país, haja vista que o estado depende da arrecadação e gasto com eficiência.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Welter, eu, se sonhasse com este momento, acharia que não seria um sonho real. Veja V. Exa. como o destino é macabro. Vejo aqui V. Exa. fazendo a defesa da CPMF e quando lá atrás, no Governo do PSDB, foi criada a CPMF - diga-se de passagem, foi criada quando foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma das melhores leis criadas neste país - o seu partido se posicionou contra. Agora, hoje, quando foi aprovada a CPMF, a alíquota era menor que a de hoje, V. Exa. deve fazer aqui um cálculo de que a cada R\$ 1 milhão de faturamento de uma empresa, R\$ 390 mil são de impostos. Se você for contabilizar os insumos que essa empresa usa para produzir, é o mesmo valor dos seus impostos.

Então, por esta razão, tenho um posicionamento muito bem claro: quem defende a CPMF é porque não paga a CPMF.

V. Exa. diz aqui que todos pagam a CPMF. Sei que todo mundo paga, mas, o setor penalizado no Brasil, hoje, é o setor produtivo, é quem produz, quem gera emprego. E a carga de impostos hoje, seja Governo do PT, do PSDB, de quem for, ninguém mais suporta, ninguém mais tem ânimo de investir para gerar emprego. Estamos surfando numa economia mundial que nunca tivemos tanta facilidade como estamos tendo hoje.

Agora, gostaria de dizer a V. Exa., compreendo seu posicionamento como Líder, V. Exa. está cumprindo seu papel fiel ao seu Governo do PT. Mas quero dizer a V. Exa. que jamais imaginei que iria ver o PT dessa tribuna fazendo a defesa de um imposto criado pelo PSDB. Quando o PSDB criou isso aqui, o custo Brasil era muito menor do que o de hoje. E não tenha dúvida, estamos chegando no gargalo. Se V. Exa. consultar o cidadão brasileiro, não agüentamos mais pagar impostos! Não sei qual o partido culpado. Sei que o culpado não é o povo brasileiro. Eu, como pequeno empresário, não suporto mais! Mostro-lhe uma planilha da minha empresa, minha pequena empresa, 40% do que faturei, pago impostos. Aí, quero dizer a V. Exa. que não dá mais para agüentar pagar mais impostos.

E V. Exa. deve ter visto ontem o julgamento do Supremo. Os 40 sendo denunciados. Isso que eu gostaria que V. Exa. fizesse as considerações, também, para explicar aqui ao povo paranaense.

Obrigado.

O Sr. Elton Welter (PT)

Obrigado pelo aparte.

Deputado, nós já fizemos mea culpa com relação à posição do passado. Agora, o Congresso Nacional não pode agir com irresponsabilidade e não prorrogar esse tributo.

O país tem uma carga tributária elevada. Nós reconhecemos isso. O Governo tem feito um esforço grandioso, apoiou, votou e está em vigor o Super Simples, que está diminuindo a tributação para as pequenas empresas. Isso é verídico. O estado brasileiro está tendo mais eficiência na aplicação dos seus recursos. Criou a super receita, organizou esse sistema que é novo, tem críticas, mas a idéia e o método é para favorecer exatamente quem paga em dia os seus tributos, e no futuro, quem sabe, conseguirmos diminuir os encargos sobre as empresas neste país.

Temos muita segurança de que no país está acontecendo um trabalho intenso no sentido de melhorar a vida do povo brasileiro. É natural do setor produtivo nunca estarem satisfeitos, mas certamente a atividade econômica do país, com raras exceções, nunca esteve tão aquecida nas últimas décadas. As reservas do país, a segurança institucional da república, dão segurança para que este país cresça a uma média de 5% nos próximos anos. Há uma segurança institucional muito grande.

Tenho andado muito pelos bairros das cidades que tenho visitado. Na semana passada estive na cidade de Paranacity, junto com as pessoas que moram no bairro, que cortam cana, que são trabalhadoras e assalariadas, e vi a satisfação dessas pessoas, onde diziam e testemunhavam, perguntando a mim: “Deputado, tem algum cidadão que pede, por exemplo, um pneu de bicicleta, que é um instrumento dos trabalhadores?” Eu falei: não tem mais, no passado às vezes tinha, estourava o pneu da bicicleta e o cidadão não conseguia repor o pneu. Hoje, as pessoas assalariadas, o trabalhador brasileiro, têm condições de vida digna, Deputado Pugliesi. As pessoas batem no peito e dizem que a sua vida melhorou e têm satisfação em dizer que a política adotada pelo nosso Governo tem criado condições de ter mais emprego, com distribuição de renda. É natural do ser humano, do empresário, dos trabalhadores, reclamar que as coisas nunca estão boas. Mas a situação de vida do povo melhorou. Os dados do PNAD, IPEA, e da Fundação Getúlio Vargas dizem isso e os dados, a quem quiser contestar, dizem isso. É com muita satisfação que vejo o testemunho todos os dias, que a vida do povo melhorou e a vida das empresas do país também está melhorando.

Pegue o setor sucroalcooleiro, o setor do agronegócio que também deu uma reagida e as perspectivas são as melhores para o nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa.

Este é o maior privilégio de um Deputado: utilizar esta tribuna. Se existe um lugar onde me sinto bem, é aqui, porque posso manifestar a minha opinião, que está assegurada.

Antes do meu pronunciamento, quero também deixar registrado, Deputado Jocelito, a morte do garotinho Douglas Augusto Domingues, à espera de uma vaga de UTI, em Ponta Grossa. E pensar que no dia 27 de abril, Deputada Beti, o Secretário da Saúde prometeu, na televisão, nos jornais e no rádio, que em 30 dias estaria entregando, em Ponta Grossa, 32 leitos de UTI. Já estamos entrando no mês de setembro e nenhum leito foi implantado.

Mas o meu pronunciamento é sobre um outro assunto, Sr. Presidente. Na manhã de hoje aconteceu mais uma reunião da Comissão de Investigação, criada aqui na Assembléia. Eu tive o cuidado, senhoras e senhores, de pedir a gravação da reunião e notas taquigráficas. Graças a Deus eu fiz esse pedido. Então, tudo o que foi comentado na reunião está registrado oficialmente e

estará à disposição da imprensa, no final desta tarde, segundo as taquígrafas, que estão realizando um belíssimo trabalho e eu agradeço às grandes profissionais, aqui, da Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

O que vou relatar aqui é o que aconteceu. Depois, alguém pode até mesmo observar nas notas. Nós não recebemos, Deputado Edson Praczyk, nenhum documento da Secretaria da Comunicação, apenas um ofício pedindo mais prazo de 10 dias para enviar os requerimentos, os ofícios, os documentos que pedimos. E por incrível que possa parecer, Deputado Elio Rusch, pedimos o básico, do básico, do básico, o arroz com feijão, pedimos o documento mais simples que existe, a cópia da licitação das agências. E o documento, pedimos também, aquele documento que é praticamente uma cópia do relatório do Tribunal de Contas, num documento que já recebemos aqui na Assembléia Legislativa. Mesmo assim, Deputado, mesmo assim pediram prorrogação, numa tentativa óbvia, grotesca, de empurrar com a barriga para que se termine o prazo e não se investigue absolutamente nada.

Pois bem, mesmo sem receber nada na Comissão de Investigação, entreguei alguns requerimentos que foram discutidos em reunião e tiveram aprovação quase unânime. Eu falo quase unânime porque faltou apenas a anuência do Líder do Governo, Deputado Romanelli, que solicitou os documentos por escrito e disse que votaria a favor, na próxima terça-feira, só na próxima semana.

Mas, senhoras e senhores, não precisa esperar mais uma semana. Temos os documentos todos prontos aqui e podemos fazer a assinatura dos Parlamentares aqui no Plenário. Não precisa ficar esperando tanto tempo, mesmo porque existe um prazo para terminar a Comissão de Investigação, termina no dia 09 de setembro e tivemos apenas duas reuniões.

Então, acho que como já foi acordado na comissão, vamos assinar os documentos aqui no Plenário e pronto, está tudo resolvido.

Mas fiz os seguintes pedidos na Comissão de Investigação: eu pedi, Sr. Presidente, a convocação do Sr. Ailton Pissetti, tão logo obtenhamos os documentos exigidos pela Comissão de Investigação. Também fiz o pedido aos Srs. Deputados, os PADVs, que são os Pedidos de Autorização de Veiculação...

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

... eu fiz o pedido de autorização de veiculação do jornal citado nas denúncias de privilégios do Tribunal de Contas nos anos de 2005 e 2006, todas as notas.

Também fiz o pedido de uma entrevista para os membros da comissão com a Sra. Lea Oksenberg, que foi Assessora de Comunicação da SANEPAR e foi exonerada por ter realizado pagamentos de publicidade através da Secretaria, sem notas.

Fiz o pedido de cópias em vídeo dos 3 documentários de 5 minutos e 10 minutos realizados pela Secretaria

da Comunicação em Mandirituba, no valor de R\$ 482 mil. Só quero ver o documentário, gostaria de saber, pelo menos ter em mãos o vídeo dos documentários.

Fiz o pedido também, pedi diretamente à COHAPAR e à Secretaria da Comunicação, comprovantes e autorizações de gastos em propaganda no valor de R\$ 3 milhões, 906 mil, dentro de um orçamento aprovado de R\$ 7 milhões e 138. De um orçamento de 7 milhões foram gastos R\$ 3 milhões e 906 mil - quer dizer, R\$ 4 mil do orçamento.

Também fiz o pedido da relação dos gastos em reimpressão - esta palavra é muito importante - reimpressão de revistas, jornais, cartazes, folders, nas diversas gráficas, bem como exemplares - eu preciso dos exemplares, porque tem uma denúncia, Deputado Waldyr Pugliesi, eu quero ver se a denúncia procede, dizendo que não existiu coisa nenhuma de reimpressão e se realmente teve reimpressão nós teremos a humildade de vir aqui a tribuna e dizer que não houve irregularidade nenhuma.

Fiz também o pedido da relação dos funcionários e despesas da Secretaria da Comunicação Social, com os salários especificados.

Também pedi explicação oficial por que no relatório do Tribunal de Contas, nos gastos do Governo, constam os pedidos de autorização de veiculação e as suas despesas? E nos documentos oficiais da Secretaria as notas desapareceram, por encanto, sumiram!

Também pedi comprovantes à empresas de comunicação de outros estados. Como eu disse aqui no começo do meu pronunciamento, tudo foi acordado, todos os Deputados: "Vamos pedir todos esses documentos, tudo certo". Apenas o Deputado Romanelli que gostaria de assinar o documento, já fizemos o documento, está pronto, falta apenas a assinatura do Deputado Romanelli que podemos pegar aqui nesta tarde, no plenário, e aí podemos ficar esperando, pelo menos, uma resposta por parte da Secretaria da Comunicação.

Está aqui em minhas mãos o mandato de segurança - o Deputado Rossoni vai falar sobre isso - os pedidos que fizemos na Justiça sobre as informações de pedidos às Secretarias e agora, com esse mandado de segurança, vamos ter o direito de receber.

Concedo o aparte ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Marcelo Rangel, percebo a sua preocupação em esclarecer alguns fatos e, infelizmente, por parte do Governo, não há esta mesma vontade.

Quero aqui, neste momento, dizer que a Assembleia Legislativa está tentando, tanto é que abriu essa Comissão de Investigação. V. Exa. já fez algumas investigações, através da Comissão de Comunicações.

Quero deixar bem claro, até porque hoje pela manhã não se fez presente em nossa reunião, houve a presença até do Líder do Governo, houve um compromisso da parte dele de buscar aqueles documentos que, infelizmente, ao

invés de responder, o Secretário da Comunicação preferiu adiar por mais de 10 dias. Na verdade, 10 dias dá o prazo limite para que essa comissão faça um parecer, para que eu relate alguma coisa e para que esta Casa aprove, se houve ou não irregularidade, e solicite as medidas cabíveis.

Agora, quando hoje pela manhã falei para V. Exa. que às vezes não adianta ficar nadando contra a correnteza, é melhor se apegar aos galhos, pelas laterais desse rio, que de repente se logra um êxito maior do que nadando contra a correnteza,

Gostaria dizer a V. Exa, que o tempo agora urge, não contra a Assembleia Legislativa, urge contra o Governo do Estado, que perdeu uma excelente oportunidade de passar a limpo todas as denúncias, não só desses milhões que V. Exa. está falando agora na tribuna, mas a tantos outros procedimentos que ele poderia ter dito, claramente, que não houve irregularidade, que o procedimento é esse, que o critério é esse. Agora, se tem tanta coisa assim para esconder, infelizmente a Assembleia não pode fazer e acredito até que só se fizermos muita mágica, se realmente o Líder do Governo conseguir que estas respostas venham em 2 dias para que possamos, no prazo, até o dia 9 de setembro, relatar. Apenas de haver também a possibilidade de prolongamento dessa data.

Quero dizer ao Líder do Governo que mais do que a Assembleia, não precisamos de esclarecimentos, temos que dar esclarecimentos à sociedade paranaense, à comunidade do Paraná que, na verdade, está perplexa em saber se houve tanta irregularidade ou se todos os procedimentos são regulares.

Eu sei que V. Exa. está preocupado com o tempo, mas V. Exa. está fazendo o seu papel como Deputado, como suplente do Deputado Valdir Rossoni na CEI que investiga isso e se, infelizmente, não chegarem os documentos para que possamos fazer um relatório conclusivo, vamos falar a verdade à população do Paraná: o Governo protelou, não enviou os documentos e a comissão não pode investigar! E a sociedade paranaense que chegue às suas conclusões!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deputado Reni Pereira, V. Exa. honra os seus votos, honra o estado do Paraná. Me orgulho em dizer que sou grande amigo desse Parlamentar.

E enquanto estamos aguardando as respostas, enquanto agentes públicos, como é o caso dos Srs. Secretários, estiverem fugindo das responsabilidades, negando informações, as denúncias vão se agravando e isso só faz concluir que tem maracutaia grande nesse mato.

Era isso que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, que falará também no Horário do Bloco.

Deputado Pastor Edson Praczyk

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tentarei usar única e exclusivamente o Horário do Pequeno Expediente. Primeiro quero o registro da passagem do 2º aniversário do meu partido o PRB. Nesse último dia 25 o PRB completou 2 anos de existência, é um partido que vai muito bem obrigado, como toda e qualquer agremiação política aspira o seu espaço e ampliar a sua representatividade em âmbito municipal, estadual, federal em todas as áreas. Eis que há 2 anos atrás a pessoa do Vice-Presidente da República José Alencar mais o Senador Marcelo Krivelo decidiram em comum acordo iniciar uma nova agremiação política, com uma proposta diferenciada, com um projeto, de agigantamento de forma acelerada porém ordenada. Isso tem acontecido graças a Deus, a exemplo do Estado do Paraná onde já ultrapassamos a marca de 100 municípios, onde temos provisórias e outras que estão em andamento para tê-lo. Sem contar a exemplo de Curitiba que nós já temos chapa completa para disputarmos eleições proporcionais e já ventila a possibilidade de termos candidatura própria, aqui, em Curitiba como bem em outros municípios não menos importantes do que a nossa capital. Parabéns para o meu Partido, parabéns para o PRB, mais uma opção para a sociedade para o povo paranaense e também o povo brasileiro.

O Segundo registro que quero fazer é com relação ao comportamento de toda Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, em especial a pessoa do Presidente Nelson Justus, que de muitas promessas que já se perpetuaram, aqui, na Casa penso que ele tem sido a figura do Presidente que tem tornado todas essas propostas, todas as promessas possíveis e executáveis. E das quais podemos falar da TV Assembleia que está em fase final, sabe-se também do tão esperado painel eletrônico e além de outros projetos que tem sido conduzidos á várias mãos por todos os integrantes da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa.

Quero parabenizar em especial pela criação, já tramita isso está em fase final, do Copelegis, que seria um órgão na Assembleia Legislativa para dar respaldo aos Parlamentares desde elaboração de leis, saber as leis que já tramitaram ou estão em tramitação na Casa para não haver aquela coincidência de propostas, dar todo um suporte que já há muito tempo tem sido por nós. Parabéns a toda a Mesa Executiva, em especial ao Presidente Nelson Justus. Aproveito o ensejo para fazer o registro de um fato não muito agradável que se deu em meu gabinete com a visita de duas lideranças portadoras de necessidades especiais. Essas duas pessoas, esses dois líderes, Presidente e Vice-Presidente de uma Associação dos Portadores de Necessidades Especiais, dois cadeirantes para ser mais exato. Eles vieram a Assembleia Legislativa para conversar com esse Parlamentar que vos fala e lamentavelmente para espanto meu a Assembleia Legislativa tem apenas uma vaga de

estacionamento. Essas duas pessoas e só havia uma vaga, porque só existe uma vaga de estacionamento para pessoas portadoras de necessidades, em toda a Casa. Sendo que lamentavelmente deveria pela proporcionalidade haver pelo menos duas vagas. A vaga na ocasião estava sendo ocupada por um outro carro, me parece que por uma pessoa nada necessitada, portadora de nenhuma necessidade especial. E no constrangimento os que os receberam pediram que eles estacionassem na vaga de carga e descarga. Isso foi muito constrangedor para eles e, conseqüentemente para mim, porque quando fui conversar com eles, estavam aborrecidos e com razão.

Um deles falou: olha, estou aborrecido, porque a Assembleia Legislativa só tem uma vaga. A vaga estava ocupada e pediram que nós desembarcássemos na carga e descarga.

Onde se traz equipamentos diversos para a Assembleia Legislativa, papel, produtos diversos. Então, realmente, eles têm razão e é o motivo do meu registro, para que a Mesa Executiva que já tem feito um brilhante trabalho se apercesse dessa necessidade e corrigisse essa falha, a exemplo até da atitude do Deputado Cheida, muito louvável, em que ele toma como exemplo e dá exemplo com isso de toda sua assessoria, assim como ele prega a defesa ao meio ambiente, todo aquele processo brilhante de plantar árvores, de fazer a contrapartida do dano que todos nós causamos a natureza. Isso foi brilhante. Volto a enaltecer o gesto do Deputado, quando quis saber para onde iam todos os dejetos, todo o esgoto a Assembleia Legislativa.

Passa a usar o horário do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Pasmou todos nós parlamentares, quando descobrimos que os mesmos eram lançados inatura aqui no rio.

Então providências como essas que já estão sendo tomadas que se agregue também essa sugestão deste humilde Parlamentar, para que também pensemos na sua totalidade de duas vagas, que é muito ínfimo essa quantidade para tantos quantos portadores tiverem que vir, não só aos nossos gabinetes, mas as outras alas desse Poder.

Concedo o aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT) (Aparte)

Obrigado, Deputado Edson Praczyk, gostaria de fazer referências aos avanços que nós certamente teremos, após, podemos incluir aqui na Assembleia painel eletrônico e a TV Assembleia, que espero que aconteça agora. Mas, nós todos aqui sabemos que há uma grande dificuldade na Assembleia Legislativa, como o senhor citou, quando nós precisamos buscar referências e, essas referências acabam estando ou na biblioteca, ou localizando com um ou outro funcionário, que até a Gazeta fez uma matéria que a memória da Assembleia Legislativa é o funcionário desta Casa, o Severo.

Acho que é urgente que até o término deste ano a Casa seja informatizada. O senhor já fez inclusive uma época aqui todo o estudo. O Deputado José Maria também fez todo um estudo, para que nós informatizássemos a Casa. Não é possível que para qualquer coisa que nós venhamos a precisar, nós temos que recorrer a biblioteca passar às vezes horas pesquisando, quando eu dou um exemplo em paralelo. Quando nós temos, por exemplo, na Câmara Municipal de Curitiba, eles têm um processo hoje que qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, porque está na rede mundial de computadores acessa e em poucos minutos nós sabemos quem é o proponente daquele projeto de lei. Se ele foi votado, se não foi votado, se foi vetado, em que comissão está, quais são as pessoas que estão trabalhando naquele projeto.

Enfim, nós temos hoje na Câmara Municipal todas as atas, o pronunciamento que o senhor está fazendo agora, por exemplo, ele é mandado para o seu gabinete para fazer a revisão, devolvido. O senhor faz diretamente pela internet. Acho que a Assembléia Legislativa, em pleno século XXI, tem que estar obrigatoriamente também na era da informatização. O Deputado 1º Secretário Alexandre Curi disse que, até o final do ano, teremos a informação da Assembléia. Se fizermos isso, vamos nos igualar à maioria das Assembléias no nosso país, porque hoje me parece que tem 3 ou 4 Assembléia que não têm o seu sistema informatizado. E o Paraná, é um estado que certamente merece que tenhamos uma Assembléia à altura da informatização do que o estado é.

Parabéns, Deputado, pelo seu pronunciamento!

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Agradeço o seu aparte. Veio ao encontro daquilo que já tínhamos relatado e concordo que já passa do tempo a necessidade de termos todas as ferramentas de informática à disposição dos Parlamentares.

O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)

Deputado, quero neste momento cumprimentar V. Exa. e cumprimentar, em seu nome, todos os companheiros do Partido Republicano Brasileiro aqui no Paraná e dizer que é um orgulho para nós caminharmos juntos com o PRB nesta Casa, nós que no dia dessa posse, desse novo mandato, formamos um bloco com a sua sigla. O meu partido, o PSB, aqui no Paraná, caminha junto e também sei que faço, em nome do Deputado Chico Noroeste que é do PL, e da Deputada Rosane, que posteriormente ingressou nesse bloco do Partido Verde.

Mas dizer que no Paraná, a exemplo de Brasil, já existe um bloco do PDT, PMN, PRB e do PSB e dizer que esse bloco, na verdade, está resgatando a Esquerda Democrática lá de 1947 e tentando buscar, em consonância com os ideais de Esquerda, um projeto alternativo de poder em todos os estados e com certeza aqui em Curitiba e nas demais cidades do Paraná haverá, sim, uma instrução,

para que caminhemos juntos, respeitando cada posição partidária, mas sempre que possível repetindo aqui no Paraná a aliança que tem no Congresso.

Quero também neste momento - o Deputado Chico Noroeste não voltou ainda, foi fazer uma ligação para Foz do Iguaçu - recebemos um comunicado, eu e o Deputado Chico Noroeste, que também é do nosso bloco, por parte do Presidente da APP - Sindicato, que no dia de hoje, mais especificamente há alguns instantes, na cidade de Foz do Iguaçu, o Colégio Barão do Rio Branco, que fica em frente à minha casa, foi invadido pela Polícia Militar e alguns professores foram inclusive agredidos e machucaram-se. Dizer que alguns professores estão numa manifestação, já há alguns dias sem aula, devido a um ato arbitrário que transferiu uma Diretora eleita para outro colégio. E essa Diretoria teria feito algumas denúncias que culminaram com a exoneração de uma ex-professora a bem do serviço público, malversação do dinheiro público e repasse do Fundo Rotativo.

Dizer que é preocupante, espero que o Líder do Governo levante essas circunstâncias, até para que não possamos aqui homologar o que disse aquela atriz em relação ao estado do Paraná. Quero crer que não estamos num estado fascista, e agredir professores dentro de um colégio é algo muito grave e não podemos permitir isso jamais aqui no Paraná.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Concordo com V. Exa. e agradeço o aparte.

Quero encaminhar à Mesa da Assembléia Legislativa um projeto de resolução deste Parlamentar sobre a conscientização e redução de consumo de materiais utilizados na Assembléia Legislativa. Materiais não reciclados.

Recentemente o Governador do Estado sancionou uma lei de nossa autoria, Lei nº 15663, sobre um programa gradativo de substituição de material, principalmente a utilização do papel. Como já temos essa lei sancionada, lei que passará a ser referência para todos os demais estados, penso que a Assembléia Legislativa tem que sair na vanguarda, dando exemplo, para que a partir desta data a Assembléia Legislativa dê sua parcela de contribuição e dê exemplo no cumprimento desta lei, que doravante seja adquirido o papel, papel que é fornecido e disponibilizado a nós, Parlamentares, papel reciclado, ao invés de ser papel clorado, papel ofício, envelopes, o reciclado, porque a lei já existe.

Então, encaminho um projeto de resolução à V. Exa., à Mesa, para que na prática possamos efetivar o cumprimento desta lei.

Deputado Cheida, lamentavelmente já extrapolei o horário e pela aquiescência do nosso Presidente, ele permitiu um minuto para eu concluir o pronunciamento. Fico devendo este aparte.

Era o que eu tinha a registrar, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. CHICO NOROESTE (PL) (Pela Ordem)

Muito rapidamente, até o Deputado Reni Pereira fez um aparte na fala do Deputado Edson Praczyk, com relação ao episódio que aconteceu - está acontecendo - na cidade de Foz do Iguaçu. Um colégio de Foz do Iguaçu já vai completar 8 dias sem aulas. Quero chamar a atenção do Líder, Deputado Romanelli, porque tudo o que o Núcleo de Educação de Foz do Iguaçu podia ter feito já fez, para retorno às aulas no Colégio Barão do Rio Branco.

Ela me disse, há pouco, por telefone, que não tem mais o que fazer. Portanto, somente a Secretaria da Educação pode fazer alguma coisa, intervir, no sentido de que as aulas possam ter retorno no Colégio Barão do Rio Branco, de Foz do Iguaçu. Um problema que houve, em decorrência da transferência, Deputado Dobrandino, de 4 professores, incluindo a Diretora do Colégio Barão para outros colégios de Foz do Iguaçu. Um processo que deve ter acontecido em razão de problemas de mais ou menos 1 ano atrás e que agora, depois de transitado e julgado, o Secretário resolveu transferir os professores do Colégio Barão do Rio Branco para outros colégios.

Devido a isso, há uma certa rebelião, segundo a Chefe do Núcleo, que conheço muito - e o Deputado Dobrandino conhece também muito bem - por sinal, muito competente, ela já fez o que pôde. Agora, segundo ela, já saiu das mãos dela e precisa da interferência da Secretaria de Estado da Educação para que as aulas possam voltar ao normal.

Por isso, peço que o Líder do Governo, Deputado Romanelli, possa estar entrando em contato com o Secretário Mauricio Requião, bem como o Deputado Dobrandino, que tem uma relação muito estreita com o Secretário, para que possa intervir e efetivamente colocar um fim nesse episódio que vem acontecendo no Colégio Barão do Rio Branco, em Foz do Iguaçu, e que vem prejudicando aos pais de família, especialmente os estudantes daquele colégio.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Para responder ao Deputado Chico Noroeste, na verdade Foz é uma cidade que tem inúmeros colégios. As coisas andam muito bem em Foz, com exceção desse Colégio Barão do Rio Branco, o qual é ao lado do prédio onde moro. E já vem de muito tempo um conflito sério nesse colégio. A Secretaria da Segurança tomou as providências, fez uma sindicância, afastou a Diretora, que por sinal era contratada, nem concursada era, afastou-a e assumiu a vice. Agora concluíram a sindicância que foi feita e resolveram tirar esse pessoal, ou seja, mandar para outra escola, para outro colégio. E o conflito continua, embora a Diretora, que era a Vice na época que assumiu, era uma bela Diretora, fez um belíssimo trabalho, uma pessoa competentíssima, na verdade ela moralizou o colégio. Mas, o conflito interno continua, tanto é que acabou chamando a polícia, lá. Foi uma briga enorme lá dentro.

Espero que a Secretaria da Educação resolva isso o mais breve possível, porque quem não pode ser prejudicado são os alunos. Estou acompanhando e imagino que a Secretaria irá resolver isso!

Grande Expediente:**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, quero deixar claro aqui, Deputado Romanelli e Deputado Augustinho Zucchi, que devagar e sempre temos conseguido algumas vitórias. Pode ter passado despercebido por algumas pessoas, mas inicialmente conseguimos uma liminar para que a TV Educativa não inserisse na sua programação palavras ofensivas do ilustre Governador contra seus adversários. O uso indevido da TV Educativa é notório, mas a Justiça veio e determinou ao Sr. Governador que cumprisse essa decisão. Não satisfeito com isso, o Governo entrou com recurso tentando derrubar essa liminar que proibia o Governo de usar a TV Educativa como se fosse sua propriedade. E o que aconteceu com esse pedido? Foi negado pelo Tribunal de Justiça. Uma derrota que considero ser um puxão de orelhas no Governo quanto a TV Educativa.

O Governo deve pensar como será o funcionamento da TV Educativa depois dessa decisão da Justiça, que primeiro nos concedeu a liminar e depois negou ao Governo cassar essa liminar. Então, o Governo tem que se enquadrar dentro do que é o objetivo da TV Educativa.

Mas, uma outra questão que tem causado muita dificuldade aos Parlamentares é a forma com que é conduzida a questão das respostas de informação, e aqui surgiu nos últimos meses uma grande polêmica, que pela primeira vez pessoas que necessitam de remédios de uso contínuo foram ao Palácio Iguaçu fazer uma manifestação. Isso não foi resolvido e as reclamações são diárias de que o Governo não age. E o que o Governador fez? Qual foi a atitude do Sr. Governador?

A atitude do Governador foi proibir, estabelecer um limite ao Secretário da Saúde que ele não poderia, acima daquele limite, comprar remédios sem a sua autorização. E o que aconteceu? O pedido de autorização da compra dos remédios ficou em cima da mesa ou das gavetas do Governador e está acontecendo esse problema: quem precisa de remédios contínuos não tem tempo de esperar para ver se o Governador acredita, confia no Secretário da Saúde.

Aí, vem uma justificativa aqui que até esboça um argumento plausível, dizendo que o Governo estava gastando muito mais do que se gastava no passado. Uma justificativa que momentaneamente parece que nos

satisfazia, mas aí começamos a perguntar: se gastávamos 2, estamos gastando 4, o volume de remédio deve ser mais, e os problemas e as reclamações não têm diminuído, têm aumentado. Aí foi fruto de um requerimento do Deputado Augustinho Zucchi, que requereu junto ao Secretário da Saúde o seguinte: “Como tem sido feitas as compras de medicamentos? Especificar as modalidades licitatórias adotadas e eventuais formas de caráter excepcional para compra dos medicamentos. Segundo: Quais as empresas fornecedoras nas diversas modalidades? Valor das respectivas vendas e a relação dos medicamentos adquiridos?”

O que aconteceu? Houve um acordo aqui neste Plenário, lembro-me muito bem que fui consultado pelo Deputado Augustinho Zucchi - até porque tenho a honra de representar a Oposição nesta Casa - O Deputado Augustinho Zucchi disse o seguinte: “O Líder do Governo está me propondo para que retire o requerimento que ele vai prestar as informações”. Eu disse: “Olha, Zucchi, acho que poderíamos aceitar essa proposta. O Deputado Zucchi aceitou a proposta. Aconteceu de que o tempo se esgotou e o Deputado Romanelli não informou ao Deputado Zucchi e não informou aos Deputados da Oposição.

Temos questionado aqui, diariamente, as informações do Governo. Ou o Governo não presta as informações de forma truncada. O que é de forma truncada no meu entender? De forma truncada diz o seguinte: eu respondo por responder, a resposta não tem nenhuma consistência e o Deputado se dá por satisfeito. Mas não temos nos dado por satisfeitos. O que fizemos? Assessorado, a nossa equipe jurídica disse o seguinte: “Vamos agir de forma diferente. Já que o Governo não responde o requerimento, já que foi fruto de uma acordo, não informa, o que vamos fazer?”

Aí, Deputado Romanelli, que eu gostaria que V. Exa. atentasse para essa questão. Como nós não recebemos a informação, subscrevemos um requerimento e fomos à Secretaria da Saúde, protocolamos na Secretaria da Saúde pedindo as informações. Ao protocolar o requerimento, aguardamos o prazo. O que aconteceu, Deputado Ney? E por isso não precisa ter preocupações se o Secretário lhe entregou uma meia dúzia de folhas com informações, nós, ao protocolarmos, fizemos de forma legal para buscarmos essas informações juridicamente na Justiça. O que aconteceu? Protocolamos na Secretaria da Saúde, aguardamos o prazo, a informação não veio, porque seu eu fiz de forma oficial ele teria que ter mandado à liderança ao Deputado Augustinho Zucchi, de forma a protocolar essa informação. Não o fez.

O que nós fizemos? Entramos na Justiça com mandado de segurança, e hoje recebemos que houve um despacho do Desembargador Rosene, e um despacho que eu considero que será importante para o trabalho da Oposição. As considerações feitas e o despacho dado determina ao Governo, fazendo considerações, determina ao Governo, que preste todas as informações aos Parlamentares.

Se você chegar aqui com meia dúzia de folhas, você primeiro tem que fazer uma leitura dessas informações.

Agora, fizemos de uma forma oficial e não recebemos as informações. E aí veio a cacetada. A liminar do Desembargador foi pesadíssima. Acredito que foi um despacho político. Em partes, acho que foi político, porque esse Desembargador deve estar ouvindo o clamor das ruas, deve estar lendo os jornais, deve estar assistindo o descaso com a saúde em nosso estado. E ele, baseado na lei, diz que é um absurdo não prestar as informações aos Parlamentares.

Concedo um aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT) (Aparte)

Deputado Valdir Rossoni, solicitamos um requerimento datado 8 de maio perguntando o seguinte: como têm sido feitas as compras dos medicamentos? Pedimos para especificar as modalidades licitatórias adotadas, eventuais formas de caráter excepcional para compra dos mesmos. No item 2: quais as empresas fornecedoras nas diversas modalidades, valor das respectivas vendas e a relação dos medicamentos adquiridos. Por que pedimos isso? Porque todos ficamos surpresos com a determinação do Governador.

O Governador tirou do Secretário da Saúde a autonomia para aquisição dos medicamentos. Determinou que toda aquisição tinha que passar pelo crivo dele como Governador.

Então, fiz um acordo com a Liderança do Governo para a retirada do requerimento. Disse-me o Deputado Luiz Claudio Romanelli que essas informações ele entregou na Casa. Para mim, não. Até porque o Deputado Luiz Claudio Romanelli faz uma coisa interessante aqui. Quando recebe as informações do Governo ele chama o Parlamentar e repassa as informações. Não recebi as informações. Foi pedido, inclusive, à Secretaria da Saúde, por ofício protocolado.

Só entrou na Justiça 10, agora. Foi feita recentemente essa solicitação. Talvez isso fique aqui registrado nesta Casa, para nossa Assembléia. O Governador Roberto Requião, no 1º mandato, é bom recordar isso, ali naquela tribuna falou: “A partir deste momento não terão mais que se aprovar requerimentos aqui.” E hoje, na Justiça, através do Desembargador Rosene Arão de Cristo Pereira, ele reedita aquilo que falou o Governador Roberto Requião ali na tribuna.

Não vi nada de político aqui em seu despacho. Ele diz: “O caso dos autos, mandamos contra o ato impetrado de negar, ainda que por omissão de acesso às informações e documentos públicos a cidadãos que percebam, além de tal condição, ou seja, de cidadãos, são Deputados Estaduais.

Ele coloca: em pleno século XXI, aqueles que são eleitos pelo povo para chefiar o Poder Executivo, já que o impetrado nada mais é do que *longa manus* do Governador do Estado, insiste em achar que, ao tomar posse do cargo, coloca-se acima da lei e das instituições do estado

democrático de direito. E olha, diz ele aqui, que no caso em foco não é qualquer lei que está sendo violada, mas sim a maior delas: a Constituição Federal. Esqueça-se, portanto, aqui, da Constituição Estadual e de meros decretos que, frente à Constituição Estadual, quando a contrariam, são exatamente nada no mundo jurídico.

Bom, ele coloca aqui uma outra parte que quero ler, que diz o seguinte: “alianças, conchavos e apoios políticos não podem nunca se sobrepor aos direitos e garantias constitucionais fundamentais. Além disso, pedidos desta natureza não se vinculam à aprovação ou não em Sessão da Assembléia Legislativa, exatamente por ser de acesso a todos os cidadãos. Entender de forma diversa, seria aceitar que qualquer um do povo possa ter acesso às informações e documentos públicos, mas aqueles que são eleitos por escrutínio secreto para representá-lo no Parlamento, submetem-se à votação da maioria da Casa, verdadeira heresia, coloca aqui o nobre Desembargador.

Apenas gostaria de dizer o seguinte, Deputado Romanelli: espero receber as informações que foram ditas por V. Exa. para que possam ser analisadas, mas acho que para nós é importante que não recorramos a esse tipo de recurso aqui no Plenário, porque olha o que está acontecendo. Daqui a pouco, outras liminares como esta sendo dadas por informações que não estão sendo repassadas no prazo. Quero ressaltar, V. Exa. que tem feito acordos, aqui, para que sejam repassadas as informações.

Então, quero dizer, Deputado Romanelli, que não recebi esta informação, razão pela qual foi feito esse procedimento. Mas veja bem, tem outros procedimento aí que também não foram recebidas as informações.

Gostaria de colocar neste aparte, Deputado Rossoni, este entendimento que tem o poder Judiciário para que possamos nortear a nossa discussão a respeito das informações que qualquer cidadão solicite e quanto mais qualquer Deputado que, por extensão, representa os cidadãos do Paraná.

Obrigado pelo aparte, Exa.!

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Rossoni, me permite um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu lhe permito um aparte, mas tenho vários inscritos. Concedo aparte até porque estou no Grande Expediente, temos horário da Liderança do PSDB, da Oposição e se V. Exa, ainda conceder, o horário da Liderança do Governo.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Com o maior prazer.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas é importante não nos atermos apenas a esta questão de saúde. Nós temos aqui...

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado, mas se puder conceder o aparte, porque é relevante o que vou falar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Logo a seguir. É relevante V. Exa. ter conhecimento do que eu vou falar aqui, porque daí V. Exa. responde apenas uma vez. Não posso lhe dar 2 apartes. Então, até estou resguardando o interesse público e o interesse de V. Exa.

Veja, Deputado Romanelli, primeiro temos um número de requerimentos que foram apresentados aqui, foram aprovados pelo Plenário e não foram respondidos. Esses requerimentos, também foi entrado com ação. Aí temos os requerimentos que foram reprovados pelo Plenário. Nós protocolamos na Secretaria e tomamos a mesma providência.

Disse muito bem o Deputado Augustinho Zucchi, virão em cadeia, agora, as liminares. Agora, virão em cadeia. Ou apressa-se a prestar as informações ou não será esta liminar, será, sim, um número muito grande de liminares. E o que mais estamos esperando, Deputado Douglas, do Tribunal de Justiça, e V. Exa. bem lembrou a este Deputado, é a ação que impetramos de inconstitucionalidade para que o Governo faça o remanejamento dos cargos em comissão por decreto. Entramos com ação de inconstitucionalidade e estamos aguardando o Tribunal de Justiça pacientemente. Porque, o que vai acontecer? A demora do Tribunal de Justiça se manifestar vai fazer com que cause graves danos ao erário público, porque o Governo vem remanejando os cargos em comissão, transformando os cargos em comissão por decreto. E, quando a lei é clara: qualquer mudança em cargo de comissão, criação, remanejamento, reestruturação, tem que ser feito por lei própria. Esta ADIN é uma questão de tempo. Vamos ganhar, mas aí o Governo já agiu, vai ter que voltar atrás e vai trazer prejuízo ao erário público.

Deputado Romanelli, quero respeitar aqui a ordem. Primeiro o Deputado Douglas, Deputado Jocelito, Deputado Romanelli, Deputado Elio Rusch e depois Deputado Carli.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Valdir Rossoni, lendo aqui atentamente o mandato de segurança, primeiro fico entristecido em imaginar que temos alguém governando o estado do Paraná que não quer prestar informações às pessoas. Os Deputados representam aqui, como bem disse o Deputado Zucchi, e nesse mandato também está bem claro isso, a vontade popular.

E o senhor está falando de um exemplo de um requerimento, de um pedido de informações para a Secretaria da Saúde. Tenho a relação aqui e agora já passam de 50 requerimentos, de vários outros Deputados, que não estão vindo as respostas. Parece-me que é uma determinação do Governo não responder. Só que isso, além de afrontar a Constituição Federal, também gera custos ao estado, porque neste mandado de segurança tem uma multa estabelecida. Tem um prazo de 5 dias e uma multa, que provavelmente será paga com dinheiro público, se tiver que ser pago. Isso é mais prejuízo para o estado do

Paraná, para o contribuinte, às pessoas que são realmente a essência da Assembléia, do Tribunal de Justiça e também do Poder Executivo.

O que tenho percebido é que o nosso trabalho, enquanto Deputados, independente se Situação ou Oposição, e aí o próprio Deputado Luiz Claudio Romanelli tem colaborado em alguns casos, votando e aprovando pedidos de informações, porque muitos dos pedidos de informações que estão aqui foram aprovados pela unanimidade dos Deputados. Não foi um pedido de um Deputado de Situação ou Oposição.

O que está acontecendo, o Desembargador faz bem claramente o seu papel mostrando que o Governo está errado. Os Secretários de Estado, as pessoas que não estão respondendo os pedidos de informações estão erradas. Deveriam responder, e mais, esse caso que o senhor citou que o Tribunal de Justiça não respondeu, da ADIN que foi impetrada por vários Deputados desta Casa, pensando no dinheiro do povo, porque quem vai perder com isso quando vir a resposta do Tribunal de Justiça, mais uma vez é o povo, porque muitas alterações foram feitas, remanejamentos de cargos e que hoje nem a Assembléia nem a população fica sabendo.

Ficamos no aguardo de mais esse parecer, para que possamos, de fato, esclarecer, as informações para a população.

Falam muito em transparência, mas não estou vendo as informações. Tem mais de 50 requerimentos, pedindo informações para esta Casa, aprovados, que ultrapassaram o pedido. Alertei a presidência da Casa e até agora não tivemos a resposta de todos eles.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

Obrigado, pelo aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concedo a palavra ao Deputado e, depois ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Deputado Rossoni, queria cumprimentá-lo. O Deputado Zucchinho lembrou bem. Em seu discurso de posse, em 2003, tenho o áudio. Inclusive, agora, estou usando este computador, que poder ser colocado o áudio até no microfone. Isto é um espetáculo! Estou na era da informática! Sempre tive medo, porque sabia que eu iria me apaixonar. Estou apaixonado pelo computador. Daqui uns dias vou poder colocar o que vocês quiserem, aqui, discursos, tudo.

Esse discurso do Governador Requião, de transparência, daquela tribuna ele disse que deveria dar todas as informações. Lamento que V. Exa. tenha que ter constituído um advogado, ter ido ao Poder Judiciário, para pedir aquilo que o homem prometeu dali e que não cumpriu. Lamento profundamente.

Por outro lado, fiquei sabendo - o Deputado Romanelli nos contou, ontem, pode depois nos contar e eu meio que me assustei - parece que as notas das televisões

já vieram, tem o valor delas, que está em torno de R\$ 700 cada uma, dando um lucrinho para a empresa de R\$ 160 por televisão, vezes 22, é só fazer a conta. É claro que tem a nota, mas nada que não dê um lucro bom. V. Exa. é empresário. Não sei quanto que o empresário ganha de lucro, porque não sou um deles.

Enfim, parabéns pelo seu pronunciamento.

Gostaria, Deputado Rossoni, de uma cópia desse acórdão, porque também estou precisando para fazer algumas outras instituições cumprirem o que manda o Tribunal de Justiça. Parabéns, por V. Exa. ter ido à Justiça, já que a palavra não tem mais valor.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Acredito que esse procedimento da Oposição é para dar demonstração à população paranaense - lhe concedo um aparte, Deputado Romanelli - porque o que vou falar aqui é um termo um pouco pesado, para mostrar ao Governador que a Oposição não teme em procurar os meios legais para buscar as informações. As palavras temor e medo não fazem parte do nosso vocabulário.

Quero cumprimentar, aqui, os Deputados da Oposição, porque brilhante e corajosamente têm se postado - também os Deputados independentes - e nos apoiado em todas as iniciativas de transparência. Quero fazer esse reconhecimento aos meus Pares. Muitas vezes sou eu que falo, mas quem enfrenta esta batalha são todos os Deputados da Oposição, que brilhantemente vêm exercendo esta função neste estado.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Não tem um dia que eu vá a um restaurante, ou a um shopping, ou a um lugar público, que eu não encontre um cidadão dizendo: "Meus parabéns, vocês têm coragem de enfrentar o Sr. Governador e mostrar a ele que a TV Educativa não é dele, a Secretaria da Saúde não é dele, as informações do Poder Público não são propriedade particular dele. São do povo paranaense."

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Agradeço, Deputado Rossoni, pela generosidade.

V. Exa. faz um pronunciamento sobre aquele que é o mais fundamental direito do homem, que é o direito à informação.

Quero dizer a V. Exa. que o Deputado Augustinho Zucchi, ainda há pouco, fazia um aparte ao seu pronunciamento e em mãos tinha a posse das respostas do pedido de informação que ele protocolou e que foi objeto desse mandato de segurança que foi concedido nesta data pelo Desembargador Rosene Pereira, ele é homem, Desembargador, ele tem em mãos este pedido, ele recebeu a cópia, recebeu do Deputado Ney Leprevost.

Quero dizer a V. Exas. que essas informações foram encaminhadas. Quero dizer mais, Deputado Valdir

Rossoni, quero dizer o seguinte: que as informações foram encaminhadas, embora tenhamos que reconhecer que a liminar do mandato de segurança do Desembargador Rosene Pereira foi concedida com base num requerimento protocolado na Secretaria de Estado da Saúde e não furto de requerimento desta Casa, porque daí seria muito grave, seria de fato adentrar na esfera do Poder Legislativo que tem um Regimento e que tem a Constituição Estadual que estabelece qual o rito em relação aos pedidos de informações que transitam por esta Casa.

E quero dizer mais...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli, tenho um prazer enorme de ouvir V. Exa. nos seus apartes, mas aparte é aparte - não são pronunciamentos. V. Exa. tem o horário da Liderança do Governo e eu terei todo o apreço em ouvi-lo, mas se V. Exa. transformar o seu aparte num pronunciamento, V. Exa. há de convir comigo que estará tirando o direito dos meus Pares ao aparte, porque vai terminar o meu tempo e eu terei dificuldade.

Então, gostaria de ter a compreensão de V. Exa.: ou ser mais sucinto ou então fazer uso do horário da Liderança do Governo e nós estaremos atentos ao seu pronunciamento, porque a nossa vontade é só a informação.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Rossoni, quero dizer a V. Exa. que eu usei exatamente, até que V. Exa. me interrompesse, 1 minuto e 50 segundos. Para ser sincero, eu olhei o relógio, 1 minuto e 50 segundos. Se isto não caracteriza um aparte, um breve aparte, num tempo que V. Exa. utiliza de 30 no Grande Expediente, mais 10 da Liderança do PSDB, são 40 minutos, se eu, como o destinatário do discurso que V. Exa. faz nesta tarde, faço um aparte que tem uma direção de 1 minuto e 50 segundos e V. Exa. tem a intolerância de ouvir o que eu quero dizer, Exa., eu lamento, queria contribuir com esse debate, do ponto de vista do debate político, que acho que o Parlamento tem que ter, mas se V. Exa. não tem a tolerância de me ouvir, eu vou dizer, com o maior respeito a V. Exa. que vou acatar a sugestão de V. Exa. e vou falar no horário da Liderança do Governo.

Muito obrigado a V. Exa. pelo aparte e encerro aqui a minha fala.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, jamais não querer ouvi-lo. Eu só não quero tolher o direito dos Srs. Parlamentares ao aparte. Estou vendo o Deputado Ney Leprevost pedindo aparte, e é o Presidente da Comissão de Saúde, depois o Deputado Carli e em seguida o Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Deputado Rossoni, agradeço o aparte, serei extremamente objetivo, até porque não quero polemizar com o

Deputado Romanelli, pessoa pela qual tenho grande respeito.

Quero apenas parabenizá-lo pelo trabalho que vem fazendo, lembrar que qualquer Parlamentar pode fazer perguntas, questionamentos sobre a área de saúde - não é só a Comissão de Saúde que pode fazer isto, e sugerir até para evitar este tipo de problemas, quando um Parlamentar fizer um requerimento ou um pedido de informações, que a resposta seja dada ao próprio Parlamentar que fez essas perguntas, porque aqui existem muitos pedidos de informações que têm teor extremamente semelhante, porém nem sempre idênticos, e eu não posso me responsabilizar pelo recebimento de respostas a pedidos de informações que foram feitos por outros Parlamentares.

Aquilo que eu questionar, aquilo que este Deputado perguntar e for respondido, está nos arquivos do meu gabinete, até porque sei que o Dr. Glauco Requião, Deputado Romanelli, meu Chefe de Gabinete, é uma pessoa extremamente bem organizada. Então, todas as respostas que eu pedi de pedidos de informações estão na pasta da saúde, lá no meu gabinete e disponíveis para qualquer Deputado. Agora, eu não posso me responsabilizar pelas respostas a pedidos de informações feitos por outros Parlamentares.

Congratulo-me com V. Exa. porque esta decisão do Desembargador que o senhor obteve no dia de hoje, abre uma jurisprudência para que não seja mais necessário passar os pedidos de informações pela Mesa Executiva da Assembléia Legislativa. Por ofício nós podemos, como qualquer cidadão pode e deve, fazer perguntas aos Secretários e ao próprio Governador! Afinal de contas nossa função constitucional é fiscalizar o Poder Executivo.

Obrigado, Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado, Deputado Ney.

Só quero fazer uma consideração: essa polêmica de prestou informação, não prestou informação, se tivesse boa vontade da Secretaria da Saúde na hora que protocolamos, era só pegar uma cópia da informação que foi prestada, supostamente, ao Deputado Zucchinho, ao Deputado Ney e encaminhado à Liderança da Oposição. Quer dizer: não se tem boa vontade, então o que acontece? Quando vem, vem de forma truncada, como eu disse.

Quando nós protocolamos qual devia ser a preocupação do Secretário? Levar a sério o protocolo e ter apenas tirado uma cópia e encaminhado, mas não houve essa preocupação, a informação vem truncada, com meia dúzia de papéis com 10% das informações! Com isso nós não ficaremos aqui calados e satisfeitos!

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT) (Pela Ordem)

Deputado Rossoni, antes do aparte do Deputado Carli, um esclarecimento: o Deputado Romanelli falou: "Quando o Deputado Zucchi fez a intervenção aqui estava de posse da informação." Eu recebi da imprensa,

aqui atrás! Então eu não recebi essa informação quando foi solicitada, e tal.

É apenas um esclarecimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É, e é importante o seguinte: nós temos vários mandados, Deputado Romanelli, liminares vão surgir no decorrer dos próximos dias, não tenham dúvidas, porque não temos as informações! Não somos masoquistas, nós estaríamos batendo no quê se tivéssemos as informações? V. Exa. subiria ali e esclareceria!

Com o aparte o Deputado Carli.

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

Deputado Valdir Rossoni, quero dizer que o bloco formado por mim, pelo Deputado Edson Praczyk, pela Deputada Rosane, pelo Deputado Chico Noroeste e pelo Deputado Fábio Camargo é um bloco independente, mas nunca ausente em relação às informações do Governo.

Quero ler aqui o que está escrito na Constituição Federal: “Todos têm o direito a receber dos órgãos públicos informações, de interesse particular e coletivo.” Isso já foi dito aqui, agora eu quero pontuar, Deputado Rossoni, que a jurisprudência que pode ser aberta e aqui foi mencionada pelo Deputado Ney Leprevost deve ser válida, e uma das primeiras atitudes que devemos tomar, porque na Sessão de ontem nós vimos a agilidade, a volúpia do Líder do Governo em pedir urgência numa mensagem do Executivo. Por que essa intervenção, essa mesma vontade de trabalho com a sua assessoria, com o seu gabinete, com as Secretarias de Estado, não funciona para responder a nós, Deputados, à população que nós representamos?

Quando temos dúvidas, não acusamos, não queremos dizer que existe algo errado, queremos que a informação seja prestada! Então, gostaria de pontuar aqui que quando há uma vontade do Governo ele trabalha, quando essa vontade vem contra os interesses do Governo eles não trabalham! Isso não diz respeito à burocracia, à lei, diz respeito à vontade política! Gostaria de pontuar que o Líder do Governo pudesse ter essa benevolência para nos ajudar com esses pedidos de informação que são pedidos constantemente negados pelo Governo!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Gostaria de informar ao Deputado que ocupa a tribuna que o senhor tem 1 minuto para concluir o seu pronunciamento.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Quero participar desta festa, desta vitória do Parlamento. E quero parabenizar V. Exa. Parabéns! Nós participamos juntos desse pedido. No 1º semestre fiz uma solicitação à Secretaria da Saúde e até hoje não recebi informações. Questionamento sobre o número de mortes, sobre o número de leitos de UTI na cidade de Ponta Grossa e até hoje estamos aguardando. E com essa resolução que

veio da Justiça, estou extremamente satisfeito e agradecido também pelo trabalho dos funcionários da Liderança da Oposição. Parabéns ao Líder da Oposição! É assim, trabalhando sério e firme que vamos chegar lá!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Acredito que está se marcando um divisor de águas entre o passado e o futuro, porque a partir de agora o caminho das pedras nós aprendemos.

Encerro o meu pronunciamento, mas a grande verdade é a seguinte - uso o horário da Liderança da Oposição - vou citar um exemplo: ontem aqui nesta Casa foi aprovado um regime de urgência, transformação em Comissão Geral por causa de doação de um terreno. Hoje na CCJ foi apreciado o veto do Governador ao mesmo projeto. Quer dizer, há um desencontro tão grande de informações! Ontem, por causa da doação de um terreno de um determinado município proposto pelo Líder do Governo, ele quis transformar este Plenário em Comissão Geral. Aí hoje, na CCJ, foi apreciado um veto do mesmo projeto, do mesmo assunto vetado pelo Governador.

Então, tem hora que não entendemos mais onde querem chegar. Estão tão atrapalhados que acho que temos que ser mais consistentes ainda para que eles tomem o rumo certo.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB) (Aparte)

Uma das minhas características é observar o que aconteceu na Assembléia Legislativa, no Plenário. E na data de ontem um Parlamentar, o Deputado Dobrandino, havia garantido que havia um entendimento com o Governador para que tal proposição de pedido de urgência desse projeto fosse aceita, foi uma das argumentações de um dos aliados do Governo.

Então, me parece que, ou o Deputado Dobrandino estava equivocado ou a pessoa do Governador, por um lapso de amnésia, pode ter esquecido desse acordo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É, não tenha dúvida disso. E o que quero até avisar o Líder do Governo, o Líder do Governo tem que entender, tem que entender não, há de entender - desculpe a palavra - que as liminares virão em cadeia. Não tenho nenhuma dúvida que amanhã ou depois teremos mais uma liminar de outros casos que estão nos negado informação, porque isso está se tornando cansativo, chato, não dá mais para agüentar, porque estamos aqui há 3 meses pedindo o óbvio.

Está aqui, o despacho do Desembargador, ele disse: “Vocês não precisam pedir, vocês estão amparados na Constituição.” Acredito sinceramente que o Governador tem que ouvir e ler esse despacho. Ao ler esse despacho, não tenho dúvida, o Governador vai começar a respeitar a Oposição, como ele afirmou daquela tribuna, que ele gostaria de ter uma Oposição firme e forte. Forte não é, mas firme, tenho visto nos meus companheiros essa firmeza.

O Sr. Elio Rusch (Democratas) (Aparte)

Deputado Valdir Rossoni, ouço com muita atenção o vosso pronunciamento e tenho certeza, como V. Exa. acabou de dizer, há um divisor, entre a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça, em relação aos pedidos de informações e o passado.

Tenho certeza que o Governo do Estado, a partir desse momento, há de se preocupar muito mais não só com os pedidos de informações aprovados pela Casa, mas pelos acordos que são realizados pela própria Liderança do Governo.

Lembro-me bem que um dia questioneei o Presidente da Casa sobre um pedido de informação que fizemos no mês de junho, com relação aos precatórios alimentícios que foram usados para pagamento de tributo junto ao Governo do Estado.

Esse pedido de informações foi aprovado pelo Plenário. Isso foi no mês de junho. Passou junho, passou julho e está passando agosto, não foi respondido até agora. Quando eu indaguei ao Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, e mostrei ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, o Deputado Romanelli disse: “Mas não foi um acordo feito com a minha pessoa.” Mas foi um requerimento aprovado pelo Plenário. Então, cabe ao Governo essa resposta.

Aproveitei esta oportunidade do seu pronunciamento de lembrar mais uma vez à administração da Casa, que não recebemos, até a presente data, o pedido de informação formulado e aprovado no Plenário, no mês de junho. Nós já estamos indo para setembro.

Disse naquela ocasião e acho que estamos partindo para a Justiça para buscar os meios legais para que possamos obter as informações necessárias, porque disse muito bem o Desembargador: “Cabe ao Poder Legislativo a fiscalização, é atribuição do legislador.”

É isso que estamos fazendo. Agora, será que temos que recorrer à Justiça para que seja enquadrado no crime de responsabilidade, no Decreto nº 211, que regulamenta os crimes de responsabilidade para os administradores que não prestaram as informações?

Acho que o Desembargador foi muito feliz no seu despacho. Eu me permito ler um trecho do despacho, onde diz o seguinte: “Negar aos cidadãos acesso aos documentos e informações - que são públicos! - é depor contra uma das pilstras mestras do estado de direito. Negar acesso a tais documentos e informações aos Deputados Estaduais - eleitos pelo povo como seus representantes - membros do Poder Legislativo, é praticamente incitar um golpe de estado, nos moldes da triste onda sulamericana, de viés Chavista. É a essência do Parlamento a função fiscalizadora do Executivo.”

Assim continua o Desembargador, quando concedeu a liminar para V. Exa. e para o Deputado Zucchi, que foram os autores desse mandado de segurança.

Espero que o Governo do Estado, a partir de hoje, entenda de uma vez por todas que ele é Governador, e qualquer administrador público tem que se sujeitar às

leis, porque acima do homem e acima dos governantes existe a lei.

Vimos num estado de direito democrático, onde a lei tem que ser respeitada. Se ela não for respeitada, cabem às partes atingidas ou não atendidas, procurar o seu direito na Justiça. Foi isso que V. Exa. fez.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Espero que, pelo Governador, a partir de hoje mude a sua opinião.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado pelo aparte.

Próximos dias, mais liminares. Próximos dias aguardamos a decisão do Tribunal de Justiça da ADIN. Esta ADIN o Paraná vai ganhar, porque foram extintos vários órgãos do Governo aqui, mas não foi extinto nenhum cargo. Ficou tudo na mão do Chefe da Casa Civil. O Chefe da Casa Civil pega aquele monte de cargos, soma, daí ele vê como é que ele divide os valores por decreto. É isso, trocando em miúdos e sendo didático, procurando explicar o que está acontecendo.

Vamos ganhar essa liminar, o Governo vai ter que voltar atrás e aí fica aquela choradeira. Ninguém é contra ninguém, estamos aqui num estado democrático.

Agradeço aos Srs. Parlamentares e a Presidente Cida por ter me dado esse tempo. Estou hoje transmitindo o cargo de Líder do Governo ao Deputado Elio Rusch, porque vou fazer uma viagem da Oposição. Estou fazendo uma viagem, amanhã à noite, por motivos particulares, questões empresariais. Vou fazer parte de uma comitiva à China, a negócios.

Com esse brilhantismo que lhe é peculiar, Deputado Elio Rusch, transmito a Liderança da Oposição aqui e tenho certeza que ao voltar, daqui há dez dias, teremos muito mais liminares e o Governo vai ter que entender, através da Justiça, que ele não está acima da lei.

Obrigado!

Horário das Lideranças**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDT.

(Declina)

Democratas. Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança dos Democratas: Deputado Plauto Miró**O SR. PLAUTO MIRÓ**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho hoje nesta tribuna Deputado Romanelli e os Deputados que compõem a base aliada, que estiveram do lado do Governador, que se considera o mais democrático na história do Paraná. Quero falar sobre um município no qual eu não fui votado, mas me sinto na obrigação de chamar a atenção de todos sobre o que está acontecendo lá em Cândido de Abreu.

Não fiz votos, não tenho diretamente ligação nenhuma com aquele município. Tenho um pequeno número de amigos que espontaneamente me dão lá 5, 10 votos. O Prefeito de Cândido de Abreu, no 1º turno das eleições, forçadamente acabou tendo que declarar apoio na televisão, no horário gratuito, porque a equipe do Governo de Roberto Requião, numa reunião para os Prefeitos criando-se a expectativa de que quem aqui estivesse iria receber benefícios e recursos do estado do Paraná, e junto com essa expectativa criada ligaram os holofotes das câmaras de TVs do horário gratuito do Governador Roberto Requião, candidato à reeleição.

Tomando o depoimento de muitos daqueles que ali estavam presentes, e aconteceu com o Prefeito de Cândido de Abreu, o Richa, que acabou declarando o apoio, sendo que lá município onde ele é Prefeito, a corrente política contrária a ele é ligada ao Vice-Governador Orlando Pessutti, que prontamente acabaram atritando-se todos eles lá no município e o divisor de águas, que é natural na política, acabou se estabelecendo aonde o grupo de Pessutti pedia votos para o Roberto Requião e o grupo contrário, por força de pressão do Governo, acabou não abrindo peito e participando diretamente de uma eleição para o adversário do Governador Roberto Requião.

Também porque o Governador candidato prometeu o mundo para o município de Cândido de Abreu, pediu para que projetos fossem encaminhados no Programa Paraná Urbano e outras tantas ações foram autorizadas de boca pelo Governo do Estado do Paraná. E o Prefeito, como um administrador, rapidamente preparou os projetos, encaminhou à Secretaria do Desenvolvimento Urbano para que pudesse ser contemplado o município que deu a vitória para o Governador Roberto Requião, agora na sua reeleição. Mas, não adiantou, porque o Governo - e coloca abertamente, o próprio Vice-Governador do Estado do Paraná, que tem sua base eleitoral lá no Vale do Ivaí - no lugar de ajudar o município, quando tem a oportunidade e tem a caneta de Vice-Governador, acaba fazendo o contrário: atrapalhando tudo aquilo que poderia vir a acontecer em prol dos moradores, dos eleitores, da população de Cândido de Abreu.

Quero deixar registrado, Srs. Deputados, dos pedidos que verbalmente foram autorizados para o Prefeito de Cândido de Abreu, pelo então candidato a Governador do Estado com seu Vice, que tem sua base eleitoral lá. Um complexo poliesportivo de R\$ 446 mil, onde o Prefeito encaminhou à Secretaria do Desenvolvimento Urbano: pavimentação poliédrica, R\$ 200 mil; reforma do prédio da Prefeitura, que está numa situação precária, R\$ 135 mil reais; aquisição de um terreno para o parque industrial, R\$ 130 mil; aquisição de terreno para se construir um conjunto habitacional no valor de R\$ 80 mil.

Tudo prometido. O resultado das eleições foi favorável ao Governador e infelizmente o Governo tapeia a população e o eleitor, mais uma vez. E onde o Prefeito Richa, que tem sua obrigação de reivindicar, está trazendo

à tona tudo aquilo que o Governo do Estado vem atrapalhando àquele município.

E está lá no Paraná Urbano, como Secretário Luiz Forte Neto, que foi aquele que foi Vice do Álvaro Dias, e rapidamente ele toma uma posição e sendo convidado aceita ser o Secretário daquele candidato contrário ao qual ele disputou as eleições. Um negócio meio estranho para entender.

Mas, estou encaminhando um requerimento à Secretaria do Desenvolvimento Urbano, ao Secretário Luiz Forte Neto, para que ele possa explicar qual o problema que há lá em Cândido de Abreu, que tem capacidade de endividamento. Ele não está ganhando dinheiro, ele quer emprestar o dinheiro do Programa Paraná Urbano, que é empréstimo para pagar em 15 anos um repasse do Bando Interamericano de Desenvolvimento.

Espero que o Secretário possa explicar por que é que municípios estão sendo prejudicados pelo Governo, depois de prometerem, lá na campanha eleitoral e acabou virando, como eu digo, um verdadeiro “Rolando Lero” durante a eleição. E o povo, sempre prejudicado.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Queria cumprimentar V. Exa. para dizer o seguinte: como é duro não receber o dinheiro do Paraná Urbano! Eu, quando Prefeito, passei por isto. O Beto Richa está passando por isto. Isto, para mim, é crime! É crime você não nos dar um dinheiro que é direito, que é dever, que é um empréstimo, para uma cidade. Ninguém pode fazer isto, Deputado! Eu sofri com isto. Quando Prefeito também tive esses problemas e não recebi o Paraná Urbano no final, como deveria. Isto faz mal! Os Governos que fazem isso não machucam o governante, que é apenas um passageiro do cargo; machucam o povo que está lá, e principalmente machucam até os seus eleitores, que votaram em suas candidaturas, nas cidades.

Por isso, concordo com V. Exa. Vou votar favorável a este requerimento. Não gosto desta discriminação. Isto faz mal para todo mundo. Política não se faz deste jeito.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Democratas)

Muito obrigado, Deputado.

Deixo registrado e peço o apoio de todos aqueles que representam o povo paranaense, em especial os que defendem, os políticos, os Prefeitos, que são eleitos, e aqueles que ganham as eleições e ocupam um cargo administrativo, têm sim, o direito de, no mínimo, fazer empréstimo lá no Paraná Urbano para poder realizar as obras que sua população pede e que, infelizmente, o Secretário Luiz Forte Neto, que foi Vice do Álvaro Dias, que disputou e perdeu para o Requião, e nos primeiros dias do Governo Requião aceitou mudar de lado, pulou a cerca e foi lá fazer parte do Governo Roberto Requião. Tudo bem, é direito dele escolher o que deve fazer, mas ele está convocando para vir aqui na Casa e infelizmente até agora não apareceu. Temos um tête-à-tête para fazer com ele quando aqui se fizer presente.

Obrigado Srs. Deputados!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Romanelli, pelo PMDB.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.
Bem disse...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli, só gostaria que V. Exa. fosse zeloso no tempo e lhe peço um aparte, no meio do seu pronunciamento, de 1 minuto e 50 segundos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Já lhe concedo 1 minuto e 50 segundos!

Sr. Presidente, quero dizer que há um tema que precisamos discutir nesta Casa, porque com certeza com a TV Assembléia vamos ter um outro encaminhamento e os Deputados da nossa base vão ter uma participação mais efetiva, do ponto de vista dos seus pronunciamentos, porque hoje o que verificamos é a Oposição, que não tem muito, na verdade, o que falar e que todo dia repete a mesma ladainha, quase como se fosse um mantra, repete-se a mesma história e parece até que são os escritores das novelas da TV Globo, porque faz 30 anos que a Globo escreve a mesma história, muda as mocinhas mas a história é a mesma. Quero dizer, primeiro, que já discuti e não vou aqui criar constrangimentos com pessoas com quem mantenho um relacionamento já de muitos anos e não vou discutir novamente o tema sobre a questão do pedido que foi objeto da concessão desse mandado de segurança, mas que a resposta foi entregue, foi entregue.

Quero dizer, Deputado Augustinho Zucchi, que o Desembargador Rosene Arão de Cristo Pereira concedeu esse mandado de segurança com base no pedido que foi formulado por V. Exa. e por diversos outros Parlamentares e que temos uma lei no Brasil que regulamenta o mandado de segurança, especialmente quando a autoridade que é demandada é uma autoridade do Poder Público, porque o mandado de segurança pode também ser dado contra um privado, desde que ele tenha a característica, tenha o *munus público*. E é, claro, uma garantia constitucional para todos nós o mandado de segurança, mas seguramente a boa técnica, se tivesse sido observada pelo Desembargador Rosene nesse caso específico, ele teria que ter notificado a autoridade que supostamente não teria prestado as informações e teria recebido dessa autoridade a resposta que esta Casa já havia recebido.

Então, penso que a decisão do Desembargador foi política. Quando disse que foi política, eu que sou amante do Direito e respeito profundamente as decisões judiciais, tenho que reconhecer que quando o Juiz escreve, Deputada Cida, negar acesso a tais documentos e informações aos Deputados Estaduais, eleitos pelo povo como seus

representantes, membros do Poder Legislativo, é praticamente incitar um golpe de estado nos moldes da triste onda sul-americana de viés Chavista. Se isso aqui, Deputado Pugliesi, é uma decisão política, o que é uma decisão política? Jurídica não é!

Por isso, quero aqui dizer que, claro, o Governo do Estado tem os instrumentos legais para poder recorrer, e vai tomar as decisões que tiver que tomar, mas temos que reconhecer que a decisão foi uma decisão que foi mais do que jurídica, ela foi, na verdade, uma decisão política. E o mais interessante, o que eu fico muito triste às vezes de observar aqui nesta Casa, quando se luta, Deputado Osmar Bertoldi, pelas prerrogativas do Parlamento, é observar que temos um Regimento Interno e temos uma Constituição, e somos escravos desta Constituição Estadual, da Federal e do Regimento Interno; e quem prevê que requerimento tem que ser votado e deliberado por esta Casa é o Regimento e é a Constituição.

Por isso, penso que a decisão do Desembargador é uma decisão, de fato, contrária ao dispositivo da própria Constituição naquilo em que ele fala, quando ele adentra aqui na sentença falando sobre a questão que envolve da aprovação ou não em Sessão da Assembléia Legislativa, porque na verdade, quando se requerer diretamente, poderá, claro, se recorrer à Justiça se a autoridade não prestar as informações.

Mas olha, me perdoe o Desembargador Rosene Arão de Cristo Pereira, ele aqui extrapolou, ele transpôs, na minha avaliação, e de forma muito irrespeitável, o limite que deve ter da independência de Poderes. Nós vivemos numa República Federativa que se pauta num modelo tripartite, em que nós temos muito claramente cada uma das funções típicas de estado: Executivo, Legislativo e Judiciário. Por isso, fico muito preocupado quando decisões iguais a essas são tomadas com base em critérios que são eminentemente políticos. E as informações que foram pretendidas pelo Deputado Augustinho Zucchi, quero dizer que quero aqui, embora o Deputado já as tenha em mãos, desculpe Deputado, V. Exa. tem em mãos as informações...

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Romanelli, eu não tenho em mãos as informações. Desculpe, V. Exa. insiste numa coisa que não existe, a imprensa me entregou algo que o senhor entregou lá, eu nem sei se trata-se das informações que eu pedi. Eu aguardo então V. Exa. me entregar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero dizer que eu tenho uma cópia do ofício que foi encaminhado à Comissão de Saúde, embora não seja esse o teor da decisão do Desembargador Rosene.

Vou encaminhar. Tenho aqui uma cópia com as informações requeridas pelo Deputado Augustinho Zucchi.

Estou aqui encaminhando formalmente, publicamente, embora já tenha feito, para atender, com base no Ofício nº 053/07, que é requerente o Deputado Augustinho

Zucchi, o Ofício nº 1508/07, que contém as informações requeridas pelo autor, embora a Secretaria da Saúde deverá fazê-lo, com base no dispositivo do mandado de segurança.

Vivemos aqui nesta Casa um período em que há um certo desinteresse pelas questões essenciais do nosso estado. Estamos discutindo a forma e não o conteúdo.

Lamento muito em verificar o comportamento de alguns Parlamentares. Temas importantes da sociedade paranaense, que poderiam e deveriam estar sendo discutidos, não têm sido aprofundados.

Penso que os encaminhamentos não têm sido tratados com a seriedade que merecem. Infelizmente me sinto frustrado, às vezes, porque foi um longo caminho para retornar a esta Casa, mas foi conferido por 82 mil 665 eleitores do nosso estado, para que pudéssemos ser o quarto Deputado mais votado nas eleições de 2006.

Poderíamos estar discutindo políticas públicas, de inclusão social, discutir os avanços que temos tido no nosso estado e país, buscar aprofundar o processo de gestão democrática das políticas públicas, construir uma discussão e debater sobre temas que são importantes para uma sociedade moderna, inclusiva, mas, infelizmente, estamos aqui discutindo, de forma estéril e estéril, temas que, na verdade, não têm nada a ver com os interesses da sociedade paranaense.

Basta andar pelo Paraná verdadeiro, por onde andamos, o Paraná que trabalha, que constrói, o Paraná que é governado pelo Governador Roberto Requião; por uma equipe de gente com vontade de mudar e modificar a realidade e que é aprovada pela população.

Tem muita gente que não conseguiu ainda engolir a derrota. Dói muito. Como tem eleições de 2 em 2 anos, há um longo período ainda para poder, de fato, amargar a derrota, aqueles que foram frustrados em seus sonhos. Tantos sonhos foram desfeitos naquela noite da eleição.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Concede-me um aparte?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vou ser deselegante com V. Exa. como V. Exa. foi comigo. Vou agir da mesma forma que V. Exa. agiu comigo.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Me dá 1 minuto e 40 segundos que eu lhe dei.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa., lamentavelmente, foi deselegante comigo e penso que tenho o maior respeito por V. Exa...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Mas não está demonstrando. Eu lhe dei o aparte.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Subi a esta tribuna, Exa., e V. Exa., imediatamente, saiu da sua bancada e foi para o fundo do plenário para não ouvir o contraditório. V. Exa. fez isso. V. Exa. só se dignou a voltar a este plenário quando falei da derrota eleitoral e da frustração. Só nesse momento V. Exa. resolveu voltar a este plenário.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. está tendo um surto...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não vou conceder o aparte a V. Exa. porque V. Exa., infelizmente, não tem sido recíproco em relação ao respeito que tenho lhe dado. V. Exa., imediatamente, quando comecei a falar, saiu do plenário!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. me concede 1 minuto e 40 segundos?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. me assegurasse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Romanelli, V. Exa. tem a palavra assegurada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que o momento que estamos vivendo é um momento importante ...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Posso prestar atenção no seu pronunciamento, Deputado Romanelli?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rossoni, o aparte é total e absolutamente do orador que está na tribuna. Ele não está lhe concedendo o aparte, ele está com a palavra.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite um aparte, Exa.?

(Assentimento)

Só para poder serenar um pouco os ânimos, para registrar que hoje é o Dia do Voluntário. Prestar nossa homenagem ao voluntário.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Fico feliz que V. Exa. possa se lembrar.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, se eu lhe pedir em pé, em sinal de respeito, V. Exa. me permite o aparte?

(Assentimento)

V. Exa. é gentil, sabia que iria lhe convencer.

Deputado Romanelli, V. Exa. falou em derrota e, realmente, V. Exa. mexeu comigo, mas quero dizer que o aprendizado da derrota para a minha vida foi fantástica. Se hoje eu fosse escolher entre a derrota ou a vitória, eu escolheria a derrota, porque o poder, às vezes, acostuma mal a pessoa e a derrota é importante. Por isso, quero marcar uma nova data, porque teremos novos embates e espero que V. Exa. sempre seja vitorioso. Só não deixe que o poder lhe suba à cabeça, porque V. Exa. sempre teve essa capacidade.

Quanto ao seu pronunciamento, eu prestei tanta atenção, Deputado Romanelli, apesar de ter sido chamado por colegas para tratar de um outro assunto, que eu vim lhe pedir o aparte. Só essa explicação que quero lhe dar, porque jamais quero faltar com a consideração que eu tenho lhe conferido no decorrer desse tempo na Liderança do Governo.

Obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado pelo aparte, Deputado Rossoni!

Quero concluir, na verdade, dizendo o seguinte: nesta Casa, desta tribuna, sabem que fui um Deputado de Oposição.

Tinha um tempo, Deputado Cheida, em que o Governo Jaime Lerner era blindado. Nenhum pedido de informação passava, aqui, nesta Casa. Nenhum! Nós olhávamos a Bancada do Governo, naquela época, sempre era 40, 44 Deputados contra a aprovação dos requerimentos de pedido de informação. Era um verdadeiro massacre, Deputado Cheida! Blindado! Era impossível convocar um Secretário de Estado.

Ainda bem que, naquela época, tínhamos o Deputado Anibal Khury, que era um pouco insubordinado em relação ao poder do Palácio Iguaçu, e vira e mexe ele encontrava um mecanismo que, de fato, colocava o Governo Jaime Lerner no “paredão”, mas a Oposição, aqui nesta Casa, não aprovava nada. Por generosidade, aprovava os votos de pesar. Só, mais nada.

Então, quero dizer que não vou receber aqui nesta Casa lições de democracia de pessoas que praticaram a pior das (interrompido pelo Sr. Presidente).

Para concluir, Sr. Presidente. Temos encaminhado os pedidos de requerimento e informações. Basta fazer pesquisa.

Primeiro, o seguinte: depois do mês de junho, acordo nenhum faço mais, ou aprovamos ou rejeitamos, noventa e nove por cento dos pedidos, desde que formulados da forma que discutimos com alguns Parlamentares, têm sido aprovados. Aqueles rejeitados encaminhamos contra. Não faço mais acordo nenhum aqui nesta Casa, porque infelizmente aquilo que deveria ser uma prática do Parlamento, do diálogo, do respeito mútuo, do bom encaminhamento das questões, muitas vezes se transforma, na verdade, em um factóide.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que espero, na verdade, o seguinte: li a decisão do Desembargador Rosene. Ainda bem que ela foi concedida com base no requerimento formulado à Secretaria de Estado da Saúde. Seria muito a independência dos Poderes e para este Poder Legislativo se ela tivesse sido concedida contra a Assembléia Legislativa. Não foi. Nesse aspecto fico satisfeito.

Que venham as medidas liminares, que a democracia possa, de fato, permitir o livre debate das idéias de viver um momento único da história do Paraná, aonde a imprensa é livre porque não está manipulada, fala o que quer, pauta aquilo que acha que deve ser feito. Mas, grandes temas penso que devem ser discutidos por esta Casa. Não podemos aqui ter, na verdade, o receio de discutir os temas que são fundamentais em uma sociedade moderna e democrática, porque acredito na democracia, na construção de uma democracia participativa. Avançar dessa democracia americanizada que vivemos, única e exclusivamente da democracia representativa, avançar, na verdade, num modelo de controle social das políticas públicas. Quero um modelo da gestão democrática em que a população possa participar de forma ativa. Não devem haver momentos iguais a este aonde os mauricinhos, como fizeram outro dia na frente do Hotel Bourbon, quando o Presidente Lula veio aqui, meia dúzia de socialites foram com os seus cachorros de luxo manifestar que estão cansados. Cansados é claro, de frequentar os shoppings, os restaurantes da moda, as boas lojas da cidade.

Quero, na verdade, é ver o povo se emancipando, participando do processo educacional de superação das profundas desigualdades sociais. É para isso que queremos, de fato, mudar a nossa realidade.

Obrigado, Sr. Presidente e muito obrigado a todos que prestaram atenção no nosso pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem, Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Só para registrar a presença do ex-Vice-Prefeito de Campo Mourão e foi Prefeito também, o Márcio Nunes, agricultor, empresário e do Coordenador Geral do município de Campo Mourão, Tino Stanchevski.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Deputado Belinati, com a palavra.

O SR. ANTONIO BELINATTI (PP)

Nobre Presidente Augustinho Zucchi, estamos encaminhando às mãos de V. Exa. um requerimento pedindo votação nominal ao primeiro projeto da pauta da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Estamos aguardando o vosso requerimento.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/n, subscrito pelo Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, comunicando a esta Casa sua ausência nas Sessões plenárias e das Comissões, no período entre os dias 30 de agosto e 06 de setembro do corrente ano, por motivo de necessária viagem. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 267/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação a construção de uma quadra poliesportiva para a Escola Estadual Percy Teixeira de Faria no município de Rio Branco do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 268/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo o Sr. Secretário de Estado da Educação a construção de Escola Estadual no Jardim Albarana no município de Rio Branco do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Péricles de Mello para representar esta Casa de Leis no Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil - MIEIB, XXII Reunião anual do MIEIB - 2007, nos dias 29, 30 e 31 do corrente mês, na cidade de São Luís - Maranhão. **Aprovado.**

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Antes da chamada nominal, eu quero convidar mais uma vez todos os Deputados e presentes nesta Sessão, para amanhã, às 9h, dia 29 de agosto, teremos no plenarinho da Assembléia Legislativa uma audiência pública, para tratar da revisão da Lei nº 7827, que dispõe sobre os agrotóxicos.

É uma proposição dos Deputados Douglas Fabrício e Luiz Eduardo Cheida.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Atenção, Srs. Deputados, não voltarei atrás em decisão que seja tomada, aqui.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Fundação Educere de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2569, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando votação nominal.

Em discussão.

Em votação.

Os Deputados favoráveis, permaneçam como estão.

Aprovado.

Verificação de votação, a pedido do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Os Deputados favoráveis à votação nominal, queiram levantar-se.

Solicito ao 1º Secretário Edgar Bueno, que proceda a contagem.

Doze Srs. Deputados.

Os Deputados contrário à votação nominal, queiram manifestar-se.

Dezessete Srs. Deputados.

Está rejeitado o requerimento.

Em votação a Emenda da CCJ. **Aprovada.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/07, de autoria do Deputado Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Instituição de Ensino e Pesquisa Oftalmológica de Maringá - HOFTALMAR, com sede e foro no municí-

pio de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda da CCJ.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui o Programa Saúde do Adolescente no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDDMCA e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jeroslau Pauliki. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense Amigos da Infância, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 046/07, de 14/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 353/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por escopo declarar de utilidade pública a AMAI - Associação Maringaense Amigos da Infância, com sede e foro no município de Maringá.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, devido o Estatuto da referida Associação prever outra denominação e a sede e foro serem de municípios diferentes, sugere-se a Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da Emenda Substitutiva anexa.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 353/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária à apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a AMAI - Associação Maringaense Amigos da Infância, com sede e foro no município de Maringá.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Prêmio Kasato Maru, que será entregue todos os anos durante o mês de junho, no dia do imigrante japonês, a partir de 2008. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CMAI. **Aprovado. (Publ. no DA nº 063/07, de 16/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 429/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pelo Deputado Luiz Nishimori submetido ao crivo desta CCJ quanto aos aspectos da sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, não sofreu nenhuma restrição, porém *ad cautela* foi baixado em diligência a SEEC - Secretaria da Cultura.

Aquela secretaria pelo expediente Ofício nº 665/07-GS de 25 de junho de 2007, manifestou-se parcialmente pela aprovação. No que tange a constitucionalidade fez restrição apenas ao artigo 5º que dispõe: "A Secretaria de Estado da Cultura será representante do Governo do Estado do Paraná encarregada de fazer cumprir a presente lei", razão pela qual alega vício de origem vedado no artigo 66, IV da Constituição Estadual, na medida em que o referido artigo veda a criação de atribuições àquela Secretaria por outro poder que não o Executivo Estadual, entendendo ser o mesmo inconstitucional.

Entretanto, conclusivamente a SEEC não se opôs a iniciativa do projeto ressaltando e entendendo que não há vício de materialidade muito menos de formalidade da pretensa edição da lei ressaltando apenas as implicações na realização de despesas com recursos públicos, tais como cerimônias, troféus, medalhas, etc, que terão caráter permanente (anuais) devendo ser observadas as disposições dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entende este relator que a informação da Secretaria da Cultura embora cautelosa quanto às despesas, há que se ressaltar que o prêmio em prospecção ocorrerá

anualmente gerando despesas pífias se considerando a receita de cada secretaria, mormente nesta - SEEC, cuja razão da sua existência é apoiar, desenvolver e expandir a cultura em todos os seus vértices de forma ampla e irrestrita no estado, razão pela qual as despesas a serem geradas pela futura lei, será perfeitamente absorvidas dentro das rubricas já existentes sem impacto que mereça aporte de recursos extraordinários.

Fundamentação

Pela dicção textual do artigo 24 da Constituição Federal é atribuído competência concorrente aos estados federados, *literis*:

Compete a união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

...

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Por sua vez a Constituição do nosso estado em consonância mandamental ao dispositivo constitucional maior em seu Capítulo II - Das Atribuições da Assembleia Legislativa, artigo 53, XVII, assim dispõe:

Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

...

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Como bem visto o texto constitucional de ambas as constituições dispensam atenção precípua mandamental às questões de ordem cultural criando ambiente favorável a sua expansão, apoio e organização, podendo ambos os poderes constituídos legislar concorrentemente sobre matéria comum, sendo perfeitamente factível e legal a iniciativa da origem da lei em comento, não havendo espaço nem de longe à arguição de “vício de origem”. A legisferante “iniciativa privativa do Poder Executivo”, elencadas no artigo 66 da Constituição Estadual, especificamente as do inciso IV, que versa sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública tem alcance amplo e o seu enunciado está no plural - “das secretárias”, dando a entender que referidas atribuições são concernentes às suas finalidades existenciais, ou seja, atribuições no sentido *lato senso*, funcional.

Portanto, o presente projeto de lei, longe de criar atribuições de cunho funcional à citada secretária, cria, ao estabelecer condecoração honorífica que especifica, quando no muito, despesas decorrentes da sua aplicação, no tempo e no espaço. Jamais se arvora em definir atribuições funcionais, estas sim de privativa iniciativa do Poder Executivo. Por este viés a presente proposição de lei enquadra-se perfeitamente nos princípios da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Conclusão

Estando o projeto enquadrado dentro da técnica legislativa, Lei nº 095/98, atendendo os pressupostos

mandamentais da constitucionalidade e da legalidade, somos de parecer favorável pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE MERCOSUL E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

PROJETO DE LEI Nº 429/07

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Luiz Nishimori, o presente projeto de lei dispõe sobre a instituição do Prêmio Kassoto Maru, que será entregue todos os anos durante o mês de junho, no dia do imigrante japonês, a partir do ano de 2008.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça a qual recebeu parecer favorável.

Chamada esta comissão a manifestar-se, conclui que tal propositura reveste-se de relevante interesse social, objetivando incentivar o relacionamento Brasil/Japão, aproximado empresários, políticos e a sociedade num grande intercâmbio cultural e comercial, premiando aqueles que investem em todos os setores.

Diante do exposto, esta Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 429/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) RIBAS CARLI FILHO - Presidente

MARCELO RANGEL - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Araucária - APADVA com sede e foro no município de Araucária. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 085/07, de 01/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 535/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, declara de utilidade pública, a Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Araucária - APADVA com sede e foro no município de Araucária/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Desta forma, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 537/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/07, que autoriza o Poder Executivo a ceder imóvel ao município de Nova Esperança. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 085/07, de 01/08/07, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 537/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, ao município de Nova Esperança, de imóvel situado no perímetro urbano do município, registrado sob a matrícula nº 5567, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

Fundamentação e Constitucionalidade

Com relação ao assunto, a Constituição Estadual determina mais especificamente, em seu artigo 10:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que cede uso de imóvel do estado a uma pessoa jurídica de direito público interno, no caso exposto o município de Nova Esperança.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conclusão

Em sede de análise prévia, concluímos que o Projeto de Lei nº 537/07, quanto à legalidade e constitucionalidade não possui impedimento ao seu normal seguimento.

Ante ao exposto, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

Concedo a palavra para encaminhar, ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse projeto estava na Ordem do Dia, da Sessão de ontem e está em regime de urgência. O Deputado Marcelo Rangel, Presidente da Comissão de Obras e Serviços designou a nossa pessoa para que nós relatássemos na nossa Comissão este projeto.

Eu liguei para a Prefeita de Nova Esperança, eu não a conheço e nunca estive no município de Nova Esperança, conversei com a Prefeita qual seria a finalidade dessa cessão de uso e ela me disse que ela tinha uma verba oriunda de uma emenda parlamentar do eminente Deputado Federal Moacir Miqueletto e que este dinheiro já estaria praticamente disponível para ser aplicado e que o Governador do Estado do Paraná teria ido, não sei se na sua cidade ou naquela região, e ela havia feito esta solicitação para o Governador e o Governador tinha informado a ela que prontamente, olha, eu vou lhe dar a cessão de uso desse lote 30 anos, aproximadamente. E o próprio Deputado Romanelli que tem a sua base eleitoral naquele município e atende a Prefeita lá de Nova Esperança, me parece que já tinha apresentado esse projeto para uma doação e o Governador vetou esse projeto.

Eu tinha apresentado uma emenda, em comum acordo até com o Presidente Marcelo Rangel, para que fosse transformado a cessão de uso para uma doação. Por que nós entendemos que seria melhor a doação? Porque o Governador do Estado do Paraná ele faz uma cessão de uso apenas para três anos, até 31 de dezembro, e a Prefeita de Nova Esperança ela vai edificar um barracão, algumas construções para a exploração de venda de produtos artesanais e agrícolas ao lado da rodovia, da BR-376.

Mas antes de emitir o parecer e levasse á apreciação na nossa comissão, eu fui falar com o Deputado Romanelli - Deputado Romanelli, nós temos aqui um parecer, três pareceres eu tinha, até para dizer porque eu sou a favor do diálogo, um parecer mudando a cessão para doação; uma outra emenda, mudando ao invés de três anos, mudando para uma cessão de uso até o ano de 2025 e o outro era um parecer único e exclusivamente favorável. Nós não apresentamos as emendas a pedido do Deputado Romanelli, quero deixar bem claro - a pedido do Deputado Romanelli nos solicitou para que nós não apresentássemos essa emenda, porque caso nós viéssemos a apresentar a emenda o Governador poderia vetar novamente esse projeto e o município de Nova Esperança poderia de repente até correr o risco de perder esta emenda do governo federal.

Eu só gostaria de fazer um pedido e por que fiz este encaminhamento e este esclarecimento, porque não é possível. Sr. Presidente, que o Governador do Estado do Paraná ele faça uma cessão de uso de apenas três anos para o município, a cessão de uso só por três anos e quanto o

município vai edificar em cima desse terreno? Então, a cessão de uso tem que ser no mínimo de 20 anos, 30 anos. E por que não doação? Eu gostaria que o Deputado Romanelli, como Líder do Governo, que após nós aprovarmos esta lei, entrasse em contato com o Governador e que ele mandasse uma mensagem de doação desse terreno para o município de Nova Esperança, porque a cessão só de 3 anos é muito pouco e é um compromisso, eu acho que a própria Prefeita teria que ter, porque não é possível o município gastar 200, 300 mil reais, passados os três anos o Governador queira pegar de volta esse terreno.

É este o alerta quer eu faço e eu gostaria que o Líder do Governo, como atende também a Prefeita lá de Nova Esperança, eu disse para a Prefeita, eu sei que o Deputado Romanelli, tenho o maior respeito pelo Deputado Romanelli e ele haverá de encontrar uma saída para este impasse.

Mas nós vamos aprovar este projeto de lei na esperança que Nova Esperança possa ter uma esperança que o governo mude esta cessão por doação definitiva.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Só para comunicar a Casa que a nossa Comissão de Fiscalização, presidida pelo nosso Deputado Artagão Júnior, que está em viagem, mas vejo aqui o Deputado Plauto e os demais Deputados, Deputado Reni, nós fizemos uma reunião na segunda-feira para tratar do convite do Secretário Mussi e do Presidente da Paraná Turismo Djalma de Almeida César para vir explicar a questão das florestas do Paraná, aquela confusão, uns pagaram outros não pagaram, e nós entendemos que o Paraná pode retomar essas madeiras e ter lucros, já que estamos precisando de dinheiro no estado aí seria um momento bom.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública a Tenda Lar de Ogum, com sede em Piraquara e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 088/07, de 07/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 553/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei declara de utilidade pública a tenda Lar de Ogum, com sede em Piraquara e foro no município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada

pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Desta forma, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública a Associação Fórum das Entidades Filantrópicas de Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº089 /07, de 08/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 570/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Professor Luizão, declara de utilidade pública a Associação Fórum das Entidades Filantrópicas de Londrina, com sede e foro no município de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, a súmula e o artigo 1º do presente projeto não trazem a sigla, prevista no Estatuto Social, que acompanha a denominação da Associação que se pretende declarar de utilidade pública, e o artigo 2º ao dispor “revogando as disposições em contrário”, fere a Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: *Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*”. Desta forma, sugere-se a Emenda Substitutiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da Emenda Substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 570/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se

necessária a apresentação da presente Emenda Substitutiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual, a Associação Fórum das Entidades Filantrópicas de Londrina - AFEL, com sede e denominação na cidade de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em, vigor na data de sua publicação

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL- Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2524, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2544, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o requerimento também é pertinente só que deve ter um único destinatário, até por que a Paraná Esportes é uma autarquia vinculada a Secretaria da Educação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente, segundo o Regimento deverá ser encaminhado sempre ao titular.

Em discussão. **Aprovado.**

Requerimento nº 2546, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. Com encaminhamento favorável do Líder do Governo, Deputado Romanelli.

Requerimento nº 2549, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Malucelli, e Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2559, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2563, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2564, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2550, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2558 e 2567, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2561, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2565, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2547 e 2548, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2568, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 298, 371 e 534/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 353, 429, 535, 537, 553 e 570/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 397, 463, 477, 571 e 573/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1542/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6183, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Prover REGINALDO LUCIO CERQUEIRO, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1543/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 6227, datado de 21 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Prover THIAGO CURY, para exercer cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1° Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1563/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 5998, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Prover JAQUELINE AUGUSTA COTRIM, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1° Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1564/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 5996, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Prover BRAULINO CLAUDIO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1° Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1565/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 5995, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Prover MARIA IZABEL NATEL BAGGIO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1° Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1566/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 6186, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Prover, MARCELO ANDRETTA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1° Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1567/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 6187, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Prover FERNANDO LUIS MARTINS DOS SANTOS, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1° Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1568/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 6231, datado de 21 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Prover CELSO LUIZ SOARES ROCHA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1° Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1569/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 6228, datado de 21 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Prover JOAO CARLOS BARBIERO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1° Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1570/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6229, datado de 21 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Prover LUIZ ALBERTO BAGGIO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1571/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6230, datado de 21 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Prover JOSE GERALDO SUBAT, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1592/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5981, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOÃO LOURENÇO DOS SANTOS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 29.06.07.

NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1593/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5978, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANTONIO HORNES DE RAMOS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Edson Strapasson, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 29.06.07.

NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1594/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6189, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, TEREZINHA JOSE MINGUETTI, do cargo em Comissão, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 29.06.07.

NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1595/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6181, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ALBERTO ARTUR ARCEGA, do cargo em Comissão, junto a Administração, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 29.06.07.

NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1596/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6172, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ELIANE DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 29.06.07.

NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1598/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6174, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ROSELI APARECIDA DE SOUZA VALERIO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Plauto Miró, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 29.06.07.

NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1599/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6176, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSE ANTONIO MEIGA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Francisco Bühner, a partir de 01 de junho de 2007.
Palácio “XIX de Dezembro”, em 29.06.07.
NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

